

Relatório e Contas 2015



CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE

Barreiro, 31 de Março de 2016

Índice

<i>LISTA DE SIGLAS</i>	2
<i>MENSAGEM DO PRESIDENTE</i>	3
<i>I - CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR</i>	4
<i>ARTICULAÇÃO COM AS RESTANTES ENTIDADES</i>	5
<i>MISSÃO, VISÃO E VALORES</i>	6
<i>ÓRGÃOS SOCIAIS</i>	7
<i>ANÁLISE DA ENVOLVENTE INTERNA</i>	8
<i>II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA CONSECUÇÃO DO PLANO</i>	10
<i>III - ATIVIDADE ASSISTENCIAL</i>	15
<i>IV - INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS</i>	24
<i>V - INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO</i>	29
<i>VI - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</i>	38
<i>VII - CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS</i>	39
OBJECTIVOS DE GESTÃO	39
GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	39
EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	40
RESULTADOS OBTIDOS	40
REMUNERAÇÕES	41
ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	43
DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS	44
RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A HOMENS E MULHERES	44
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	44
DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	45
DA ADEÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS	45
DA FROTA AUTOMÓVEL	46
MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS	46
PRÍNCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA	47
AUDITORIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	47
INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE	48
<i>VIII - ANEXOS</i>	49
<i>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</i>	49
<i>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</i>	50
<i>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</i>	51
<i>RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO</i>	52
<i>RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS</i>	53

Lista de Siglas

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde
AMB – Ambulatório
ARSLVT – Administração Regional de saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CHBM – Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE
CHLC – Centro Hospitalar Lisboa Central
CHLO – Centro Hospitalar Lisboa Ocidental
CHS – Centro Hospitalar de Setúbal
CONV – Convencional
ECCI – Equipa Comunitária Cuidados Integrados
ETC - Empregados a Tempo Completo – 40 h
HGO – Hospital Garcia da Orta
IPO – Instituto Português de Oncologia
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
PEM – Prescrição Electrónica de Medicamentos
RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
SAM – Sistema de Apoio ao Médico
SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAP – Serviço de Aprovisionamento
SAPE – Sistema de Apoio às Práticas de Enfermagem
UCA – Unidade de Cirurgia de Ambulatório
URG – Urgente

Mensagem do Presidente

O exercício de 2015 teve no Centro Hospitalar Barreiro Montijo EPE um desenrolar complexo, fruto principalmente dos problemas encontrados na contratação de profissionais que permitissem a manutenção da recuperação dos indicadores apurados no ano anterior, designadamente na área cirúrgica. De facto, se o primeiro quadrimestre apresentou valores de execução do contrato programa em linha com o esperado, desde então e até final do ano não foi possível atingir resultados equivalentes.

O desafio colocou-se e coloca-se: como conseguir recrutar profissionais de adequada diferenciação que permitam assegurar o normal desenvolvimento da actividade em algumas das suas vertentes, assegurando aos cidadãos tempos de resposta apropriados no acesso à prestação de cuidados de saúde.

Na área económico-financeira, o CHBM viu reduzir substancialmente o seu passivo acumulado a fornecedores, por utilização de parte do capital próprio realizado no final do ano anterior. Por outro lado, iniciou-se a reposição de ciclos de vida de equipamentos críticos para o funcionamento da instituição dentro do perfil assistencial que lhe é esperado, programa que deverá ser continuado nos próximos 2 exercícios, com apoio eventual no programa Portugal 2020.

No ano de 2015 estiveram em execução dois planos de contingência, quer o de Verão como o da Gripe, no Inverno, tendo para tal a estrutura sido dotada de meios materiais e humanos adequados à expectativa de procura, designadamente na urgência e internamento.

O CHBM foi seleccionado para o grupo original de 12 hospitais seleccionados pela Fundação Calouste Gulbenkian que está a desenvolver o programa STOP Infecção Hospitalar, cujo objectivo é reduzir em 3 anos cerca de 50% do nível de infecção hospitalar. Pela sua exigência e novidade, deve igualmente realçar-se o início do programa de assistência ambulatória a doentes em fase paliativa, igualmente apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, por um período de 3 anos, como forma de procura de alternativa aos modelos tradicionais de internamento. O CHBM candidatou-se igualmente a centro de referência de doenças oncológicas, no âmbito de uma das patologias elencadas.

Concluiu-se a 2ª fase das obras no Serviço de Urgência, com a remodelação da área de observações, com investimento em algum equipamento complementar, tendo igualmente sido substituído o aparelho de Tomografia Axial Computorizada do Serviço de Radiologia.

Os desafios que se colocam só são passíveis de abordagem com profissionais competentes e alinhados com os objectivos da organização. Da sua diligência e actuação dependerão sempre os resultados assistenciais atingidos e bem assim a capacidade de manter e inovar a forma de assegurar cuidados de saúde.

A todos os que interna e externamente contribuem para a prossecução das finalidades do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, o nosso agradecimento.

I - Caracterização do Centro Hospitalar

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE (CHBM) foi criado a 1 de novembro de 2009, através do Decreto-lei n.º 280/2009 de 6 de Outubro, com a natureza de entidade pública empresarial, por fusão do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, EPE e do Hospital Distrital do Montijo.

O CHBM presta assistência ao nível do Internamento, Consulta Externa, Urgência, Hospital de Dia, Assistência Domiciliária e assegura, praticamente, todos os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica daí decorrentes.

Com uma área de influência que engloba os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, a Instituição serve uma população com cerca de 215 mil habitantes.

A actividade no último ano desenvolveu-se com especial preocupação pela melhoria dos tempos de resposta às necessidades dos cidadãos que o procuram e a sustentabilidade da Instituição, o que envolveu a necessidade de recuperação da actividade assistencial e uma monitorização permanente da situação económico-financeira, com uma evolução de sentido positivo em ambas.

Hospital de Nossa Senhora do Rosário

O edifício atual foi inaugurado no dia 17 de Setembro de 1985, com cerca de 500 camas, com a designação de Hospital Distrital do Barreiro. Em Setembro de 1995 viu a sua designação ser alterada para Hospital Nossa Senhora do Rosário – Barreiro.

Em Dezembro de 2002, o Decreto-Lei n.º 299/2002 transformou a Instituição numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Três anos mais tarde, com o Decreto-Lei n.º 233/2005 passou a entidade pública empresarial, designando-se desde então Hospital de Nossa Senhora do Rosário, EPE.



Hospital Distrital do Montijo

O Hospital Distrital do Montijo nasce de um projeto da Santa Casa da Misericórdia do Montijo para a construção de um edifício destinado a duas enfermarias, com lotação para dezasseis camas.

Em 2 de Maio de 1943, registou-se o lançamento da primeira pedra, tendo o Hospital sido inaugurado em 1947. Quatro anos depois, iniciaram-se obras de ampliação, que ficaram concluídas em 1954.



No dia 1 de Agosto de 1967, o Hospital passou a denominar-se por Hospital Concelhio do Montijo. Em 1976 foi integrado no Serviço Nacional de Saúde.

A 16 de Fevereiro de 1983, por despacho ministerial, foi elevado à categoria de Hospital Distrital, sendo dotado das respetivas valências básicas.

Articulação com as restantes entidades

Instituições Hospitalares públicas

Localizado na Península de Setúbal, o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, constitui, juntamente com o Centro Hospitalar de Setúbal EPE (CHS) e o Hospital Garcia de Orta EPE (HGO), a infra-estrutura hospitalar de apoio aos 781.983 cidadãos residentes na mesma área geográfica. O CHBM e o CHS estão dotados de um nível de diferenciação similar, enquanto que o HGO é classificado como hospital central, concentrando a resposta mais diversificada, designadamente em urgência.



Cumprindo orientações da ARSLVT, no ano de 2015 os três hospitais da Península Setúbal mantiveram a metodologia de trabalho conjunto no sentido de otimizar os seus recursos, através do estudo de sinergias conjuntas visando obter situações mais vantajosas em matéria de concursos nas áreas dos Dipositivos Médicos, Medicamentos, Prestações de Serviço, MCDT'S e Tecnologias de Informação, designadamente, obtenção de melhores preços no mercado.

Instituições privadas

Na área de influência do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE, os cidadãos possuem uma oferta significativa em termos de consultórios e clínicas de ambulatório, tendo mais significado, o Centro Local do SAMS, a Clínica do Rosário e a União Mutualista Nossa Sra. da Conceição – Montepio, no Montijo. A União Mutualista do Montepio, no Montijo, oferece consultas e MCDT diversos.

Existem ainda duas Clínicas que operam na área dos cuidados nefrológicos, além de um significativo conjunto de pequenas clínicas e consultórios particulares, com uma oferta de relevo na área de influência do CHBM.

Neste momento e também por via de alargamentos de acordos com Subsistemas Públicos (por ex.: ADSE) ou com Seguradoras, encontram-se dois Hospitais Privados (Hospital de Santiago, Setúbal e Hospital da Arrábida) com oferta ao nível do Internamento, actividade cirúrgica convencional e ambulatória, consultas externas, MCDT e atendimento permanente (no 1.º caso, das 8h-24h).

Cuidados Primários

Os Centros de Saúde da área de influência do Centro Hospitalar estão organizados num Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), que inclui as Unidades de Saúde do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, denominado ACES do Arco Ribeirinho. Neste Agrupamento foram constituídas as seguintes unidades funcionais:

- 6 Unidades de Saúde Familiares (USF)
- 6 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)
- 4 Unidades de Cuidados na comunidade (UCC)

- 1 Unidade de Saúde Pública (USP)
- 1 Unidade de Recursos Assistenciais partilhados (URAP)

A ligação de complementaridade do CHBM com o ACES Arco Ribeirinho permite definir, concretizar e fazer evoluir de forma organizada os cuidados de saúde oferecidos à população residente na área de influência, através da cooperação que se visa e deseja aumentar.

Cuidados Continuados

Relativamente à dotação de camas na Rede de Cuidados Continuados na área geográfica da abrangência do CHBM, EPE no ano de 2015 e de acordo com os dados recolhidos, contabilizaram-se mais 29 novas camas na tipologia de Média Duração e Reabilitação, 10 na tipologia de Longa Duração e Manutenção, 10 na tipologia de Convalescença e 10 na tipologia de Paliativos, o que totaliza 59 novas camas. O reforço de capacidade a este nível, ainda que gerido e orientado a nível central, permitiu, ainda que conjunturalmente, dar resposta a diversas situações de doentes que aguardavam internados o seu encaminhamento para estruturas daquele tipo.

Em termos totais e atendendo a este alargamento verificado em 2015, temos um total de 36 camas de Unidade de Convalescença, 114 de Unidade de Média Duração e Reabilitação, 256 de Unidade de Longa Duração e Manutenção e 30 de Unidade de Cuidados Paliativos.

Missão, visão e valores

Missão

O CHBM, EPE tem como missão a prestação de cuidados de saúde diferenciados a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das unidades hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Visão

Ser um hospital de excelência para a comunidade e uma referência nacional

Valores

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo Ambiente.

Órgãos sociais

Conselho de Administração

Presidente – Dr. João Manuel Alves da Silveira Ribeiro

Vogal – Dr. Mário de Figueiredo Bernardino

Vogal – Dr.^a Elsa Maria Baião Ferreira Airoso Banza

Directora Clínica – Dr.^a Elisabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues

Enfermeira Directora – Enf.^a Luísa Maria Alves da Luz

Conselho Consultivo

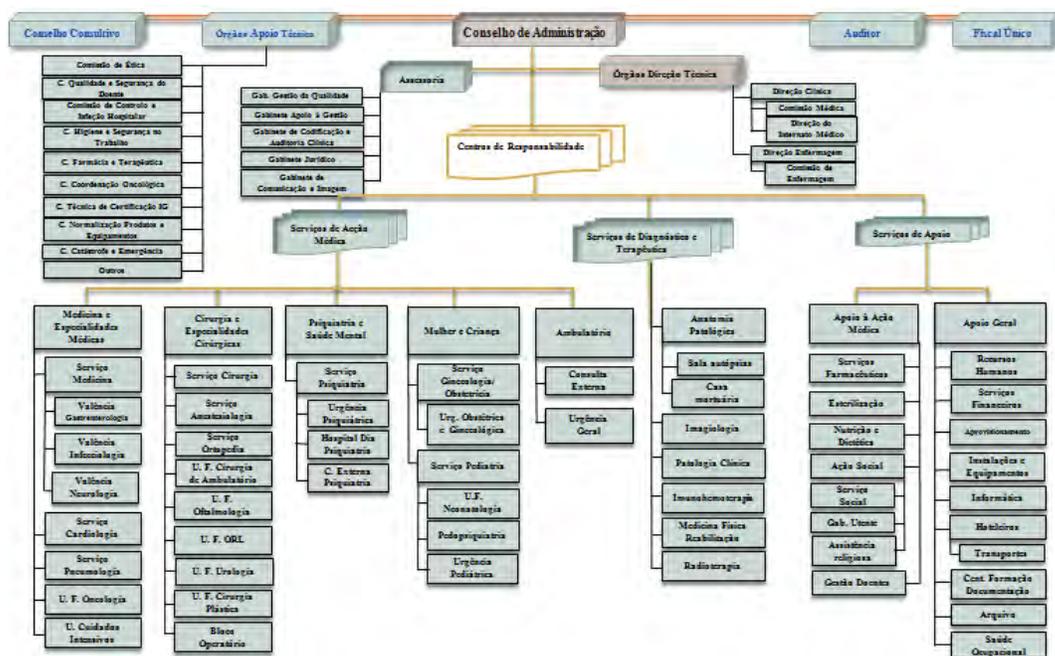
Presidente – Dr. António Afonso Reynaud de Melo Pires

Fiscal Único

ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associado, SROC

ROC – Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues (RCM nº 161/2006)

Estrutura Organizacional



Análise da envolvente interna

O Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE possui no presente uma lotação de 352 camas, abrangendo uma área de influência de 215.321 habitantes, segundo a publicação do Instituto Nacional de Estatística (INE), com base nas estimativas anuais da população residente. Proporciona resposta à procura de cuidados de Saúde de utentes proveniente essencialmente dos concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

No caso da Radioterapia e no cumprimento da rede de referência definida, dá resposta a doentes provenientes ainda do Centro Hospitalar de Setúbal, Hospital Garcia de Orta e Hospital de Vila Franca de Xira. Pontualmente, recebe ainda doentes provenientes do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, entre outros.



Em atividade permanente mantém:

- Um Serviço de Urgência Básica e um Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (Urgência Geral, Pediátrica e Obstétrica/Ginecológica);
- Bloco Operatório e Bloco de Partos;
- Serviços de Internamento;
- Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica nas áreas de Imagiologia, Imunohemoterapia e Patologia Clínica;
- Serviços Farmacêuticos (dias úteis das 8h-22h, fins de semana e feriados das 9h-13h, restante horário com cobertura de prevenção farmacêutica).

Em horário diurno funcionam:

- Consulta Externa (8:00 – 18:00);
- Unidade de Exames Especiais;
- Unidade Oncológica (assegurando também o atendimento não programado para situações de urgência a doentes em regime de quimioterapia até às 20h);
- Hospitais de Dia de Oncologia, Infecçiology, Diabetologia, Auto-Imunes, Pneumologia, Urologia, Pediatria, Imunohemoterapia, Gastroenterologia e Psiquiatria;
- Medicina Física e Reabilitação;
- Anatomia Patológica;
- Unidade de Radioterapia (8:00 – 19:00).
- Unidade de Cirurgia do Ambulatório.
- Apoio Domiciliário em Cuidados Paliativos.

A Unidade de Cirurgia do Ambulatório encontra-se localizada no Hospital do Montijo, onde além da urgência básica, é assegurado um conjunto diversificado de consultas de especialidade e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, a par da manutenção de internamento, na área da Medicina Interna.

Na área dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, o CHBM mantém um Protocolo com a Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, utilizado primordialmente pelos utentes inscritos no ACES Arco Ribeirinho, disponibilizando aos mesmos o acesso protocolado a um conjunto de técnicas, na área da Anatomia Patológica (designadamente Citologia, que mantém uma muito forte adesão, Cardiotocografia Fetal e Ecografias Morfológicas).

Dispõe do ciclo completo de intervenção ao nível oncológico, com cirurgia especializada, Quimioterapia e Radioterapia, referenciando, em outras especialidades, os doentes que o necessitem, de acordo com as Redes de Referência estabelecidas.

II - Atividades desenvolvidas para consecução do Plano

Os desafios existentes no ano 2015, no domínio da gestão financeira, confrontaram o CHBM com a necessidade de obtenção de um rigoroso equilíbrio entre a definição de objectivos estratégicos na vertente assistencial e a racionalização dos recursos humanos e materiais, sem negligenciar a aquisição dos meios técnicos indispensáveis à prestação de cuidados de saúde, em conformidade com normas de qualidade pré definidas.

Assim, a atividade desenvolvida ao longo do ano transacto centrou-se nos seguintes objectivos:

Melhoria da eficiência organizacional

- ✓ Incremento da atividade de consulta externa (+ 1,1% 2015/2014), tendo em vista a resolução efetiva das limitações existentes no acesso, no contexto da área de influência deste Centro Hospitalar;
- ✓ Rentabilização da Unidade de Cirurgia do Ambulatório. Foram privilegiados os cuidados prestados em ambulatório, incentivando-se a transferência de cuidados do internamento. O número de cirurgias de ambulatório aumentou cerca de 6,1% entre 2015 e 2014;
- ✓ Articulação efetiva entre o Hospital e Centros de Saúde, através de medidas que permitam redução de custos e maior eficiência na prestação de cuidados, com o desígnio de adequação da resposta hospitalar, bem como de facilitação da integração e continuidade de cuidados. A presente articulação materializou-se designadamente através da gestão integrada do plano de contingência do frio/calor, bem como através da criação de uma comissão mista para a diabetes e para a retinopatia diabética;
- ✓ Promoção da complementaridade e da actividade multidisciplinar dos cuidados hospitalares na Península de Setúbal, em que estão envolvidos os 3 Hospitais/Centros Hospitalares da Península de Setúbal, no sentido de uma melhor articulação e gestão optimizada das estruturas assistenciais e de gestão. Neste âmbito, destaca-se os seguintes projectos:
 - Articulação na área de Pedopsiquiatria, no sentido de referência correcta e atempada dos utentes do CHBM para o HGO, uma vez que o CHBM não dispõe de médico pedopsiquiatra;
 - Desenvolvimento de Protocolos de Prescrição nas áreas de HIV.

- ✓ Definição de Planos de Contingência para as Temperaturas Extremas, tendo em vista assegurar uma vigilância dos fenómenos de saúde/doença, com especial incidência nos períodos de maior probabilidade de ocorrência de temperaturas extremas (ondas de calor e vagas de frio), os quais podem ter repercussões negativas na saúde das populações;
- ✓ Realização de obras decorrentes do Plano de Reestruturação do Serviço de Urgência e Gestão de Camas, permitindo implementar uma nova organização do espaço disponível e medidas adequadas à máxima rentabilização dos recursos existentes. Com um custo de 250.000 €, esta intervenção melhorou o conforto e a segurança dos cuidados de saúde prestados aos doentes urgentes, bem como as condições de trabalho dos profissionais, passando o SO a ter capacidade para 20 doentes, mais 13 do que anteriormente;
- ✓ Implementação do processo de monitorização de prescrição de medicamento e MCDT, com utilização estrita dos recursos internos, sem necessidade de assunção de encargos avultados com aplicações informáticas externas;
- ✓ Continuidade da política de desenvolvimento do Processo Clínico Electrónico do CHBM através do incremento dos registos electrónicos, que suportam o fluxo de informação gerado pelo desenvolvimento das diferentes tarefas realizadas pelos profissionais de saúde do Hospital, quer sejam médicos, enfermeiros, técnicos ou auxiliares, interligando todos os intervenientes no processo de prestação de cuidados de saúde. Destacam-se neste âmbito os seguintes projectos:
 - Atualização do *site* externo do CHBM;
 - Integração de diversos dispositivos médicos de MCDT's na rede estruturada do CHBM com inclusão dos relatórios no PCE. A título de exemplo, temos as áreas como a Pneumologia, a Cardiologia e a Gastroenterologia;
 - Projeto para SIPREM - avaliação dos médicos e respectivos serviços - ainda em desenvolvimento, no que corresponde aos mapas de monitorização, mas já com capacidade de aferir alguns dados de produção;
 - Projeto da folha de verificação pré-operatória e consentimento informado;
 - Projeto da Prescrição Electrónica de Medicamentos (PEM) - Integração de todos os sistemas de prescrição com a nova PEM, abrangendo todos os serviços;
 - Implementação do sistema de prescrição de ajudas técnicas-SAPA;
 - Estudo de Projecto de reestruturação de todo o PACS do CHBM;
 - Atualizações do SClínico, que permitem o registo mais alargado de informação;
- ✓ O Serviço de Imagiologia passou a dispor de um novo equipamento de Tomografia Computorizada, desde junho 2015. Com uma tecnologia mais recente, é mais eficiente, permitindo melhor qualidade e maior rapidez de aquisição de imagem e, desse modo, para além de maior segurança diagnóstica, realiza estudos com maior comodidade para os pacientes;
- ✓ O Serviço de Radioterapia iniciou, em agosto, o tratamento de Radioterapia de Intensidade Modulada (IMRT), passando a dispor de mais uma técnica especial que se vem juntar à já existente Radioterapia Estereotaxia Corporal (SBRT). É possível com esta técnica integrar as diferentes fases de um tratamento numa só, diminuindo o número de dias de tratamento;
- ✓ O CHBM foi uma das 12 unidades de saúde seleccionadas para o programa “STOP infeção hospitalar” da Fundação Calouste Gulbenkian, que pretende reduzir em 50% as infeções hospitalares adquiridas num prazo de 3 anos;

- ✓ Início do funcionamento da Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos (EIHSCP), que tem por finalidade prestar aconselhamento e apoio diferenciado em cuidados paliativos especializados a outros profissionais e aos serviços do hospital, em situação de sofrimento decorrente de doença grave ou incurável, em fase avançada e progressiva ou com prognóstico de vida limitado;
- ✓ Em junho iniciou atividade a Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos do Barreiro Montijo, financiada pelo Programa «Inovar em Saúde» da Fundação Calouste Gulbenkian, e em parceria com o ACES Arco Ribeirinho, Câmara Municipal do Barreiro e Santa Casa da Misericórdia do Barreiro;
- ✓ Aperfeiçoamento do processo de avaliação do desempenho do CHBM e respectivos serviços, através do Balanced Scorecard;
- ✓ No dia 22 de maio realizou-se a primeira reunião do Conselho Consultivo, um dos órgãos do Centro Hospitalar a par da Administração e do Fiscal Único, a quem compete apreciar os planos de atividade de natureza anual e plurianual, apreciar todas as informações que tiver por necessárias para o acompanhamento da atividade do hospital e emitir recomendações tendo em vista o melhor funcionamento dos serviços a prestar às populações, tendo em conta os recursos disponíveis;
- ✓ Informatização do processamento de vencimentos, tendo em vista a correta aferição do cumprimento dos tempos de trabalho, melhoria da eficiência e de controlo de encargos com recursos humanos;
- ✓ Revisão dos horários de trabalho, tendo em vista o alargamento do horário de cobertura dos serviços de atendimento;
- ✓ Na sequência dos normativos legais que definem a avaliação do desempenho das carreiras médicas e de enfermagem, foram desenvolvidos os procedimentos necessários à sua implementação em tempo oportuno.

Sustentabilidade Económico Financeira

- ✓ Foram desenvolvidas negociações para a aquisição conjunta de medicamentos, material de consumo clínico, roupa e MCDT, tendo em vista a constituição de volumes de aquisição que impliquem contrapartidas financeiras para os vários Hospitais;
- ✓ Racionalização dos custos de funcionamento, nomeadamente no que respeita aos custos com pessoal (controlo dos custos com horas extraordinárias; racionalização da utilização de recursos humanos, através do desenvolvimento da mobilidade interna). A estratégia passou ainda pela negociação com os fornecedores de bens e serviços e por uma política de contenção de consumos (em particular de medicamentos e de material de consumo clínico). Na sequência das acções desenvolvidas, foram reduzidos de forma relevante os custos com MCDT adquiridos no exterior;
- ✓ Aperfeiçoamento do sistema de custeio de actividade no Bloco Operatório e Unidade de Técnicas Endoscópicas;
- ✓ Avaliação das vantagens económicas decorrentes da implementação da Trigeriação;
- ✓ Nos termos do Despacho n.º 15476-B/2014 dos Ministros das Finanças e da Saúde, datado de 19 de dezembro, o Centro Hospitalar Barreiro Montijo (CHBM) terá o seu capital social aumentado em € 45.300.000. Este valor corresponde ao maior aumento de capital jamais realizado nesta Instituição, destinando-se primordialmente a saldar as dívidas a fornecedores, solvendo assim compromissos assumidos que por ausência de recursos não eram cumpridos e permitindo, por outro lado, uma maior capacidade de negociação com os mesmos.

Qualidade

- ✓ Início do processo de Acreditação do Serviço de Pediatria, da Unidade Oncologia e do Bloco Operatório no processo de acreditação no âmbito do Programa Nacional de Acreditação em Saúde (PNAS) pelo modelo ACSA Internacional;
- ✓ O Serviço de Aprovisionamento renovou novamente a sua certificação, através da norma NP EN ISO 9001:2008, pelo sistema de "gestão e controlo de stocks e aquisição de bens e serviços". Recorde-se que este Serviço foi certificado pela primeira vez em 2009, mantendo ano após anos a sua certificação.
- ✓ O Serviço de Radioterapia renovou novamente a sua certificação, através da norma NP EN ISO 9001:2008. Este Serviço foi certificado pela primeira vez em 2009, mantendo ano após anos a sua certificação;
- ✓ O CHBM foi distinguido com a classificação máxima de Excelência Clínica nas áreas de Ortopedia (fémur) e Cirurgia de Ambulatório, bem como no procedimento de Focalização no Utente, no âmbito do projeto Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) da Entidade Reguladora da Saúde (ERS);
- ✓ Eventos científicos:
 - V Encontro - A escola e a Diabetes Mellitus tipo 1
 - 4º Encontro da Mulher (CHBM e ACES Arco Ribeirinho)
 - Doença celíaca: uma doença desafiante
 - Encontros regionais do CHBM e ACES Arco Ribeirinho
 - IX Jornadas do Núcleo de Estudos das Doenças do Fígado (Sociedade Portuguesa de Medicina Interna e Serviço de Medicina Interna do CHBM)
 - I Congresso de Logística Hospitalar do CHBM
 - II Jornadas do Dia Mundial da Diabetes (CHBM e ACES Arco Ribeirinho)
 - II Encontro Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem do CHBM
 - Sessão Clínica Inter-hospitalar da Sociedade Médica dos Hospitais da Zona Sul
- ✓ Ao nível da promoção e valorização individual dos recursos humanos, foi feito um esforço no sentido da promoção de ações de formação/workshops, utilizando apenas recursos internos, sem custos adicionais, demonstrando a preocupação com a gestão adequada do capital humano da organização.
- ✓ O CHBM participou no projeto Showcasing de Boas Práticas de Valorização das Pessoas, lançado pelo INA. Este projeto registou 121 candidaturas provenientes de entidades da administração pública central e local, continente e ilhas, entre as quais a do CHBM, subordinada ao tema “A transferência de conhecimento sem custos”, que pretendia divulgar a nossa experiência de realização de workshops sem custos, com recursos a formadores internos.
- ✓ Foram desenvolvidas várias actividades para os filhos dos colaboradores, como estímulo à motivação e vinculação à Instituição. Neste âmbito, ocorreram no verão, durante duas semanas actividades de tempos livres (ATL) para os filhos dos colaboradores, contando com a participação de 40 crianças/adolescentes, que participaram em várias actividades com carácter educativo para a saúde.
- ✓ Em novembro, aderimos ao **Livro de Elogios**, para que os utentes possam reconhecer a qualidade dos serviços prestados pelos nossos profissionais.

Evolução dos Indicadores Económico- Financeiros

	2013	2014	2015
INTERNAMENTO			
N.º de Camas	344	342	352
Doentes Saídos (sem berçário)	12.425	12.574	12.780
Demora Média	8,4	8,4	8,6
Taxa de Ocupação (sem berçário)	82,8%	85,1%	85,1%
Doentes Tratados/Cama	36,9	37,6	37,1
Taxa de Letalidade	8,4	8,5	9,5
CIRURGIA DO AMBULATÓRIO			
N.º Doentes Operados	2.886	2.856	3.031
BLOCO OPERATÓRIO			
<u>N.º Doentes</u>			
Cirurgia Convencional Base	2.522	2.594	2.302
Cirurgia Ambulatória Base	2.840	2.751	2.891
Cirurgia Convencional Adicional	149	49	98
Cirurgia Ambulatória Adicional	46	105	140
Cirurgia Urgente	992	874	832
AMBULATÓRIO			
<u>Consultas Externas (Médicas)</u>			
Primeiras Consultas	40.719	43.501	42.895
Consultas Subsequentes	128.977	132.820	135.386
Total Consultas	169.696	176.321	178.281
Taxa de Acessibilidade	24,00%	24,70%	24,10%
<u>Consultas Externas (Não Médicas)</u>			
N.º Total de Consultas Não Médicas	13.913	20.503	17.852
N.º Total de Consultas Realizadas	183.609	196.824	196.133
Urgências			
Hospitais de Dia (n.º Sessões)	30.239	28.430	26.029
<u>Radioterapia (N.º Tratamentos)</u>			
	27.735	30.462	27.560
<u>Serviço Domiciliário</u>			
	187	183	98
CONTAS DE RESULTADOS			
Prestações de Serviços	70.352.031,48 €	65.331.801,25 €	61.436.963,88 €
Subsídios à Exploração	3.328,73 €	388.178,00 €	40.332,50 €
EDITDA	- 804.117,33 €	3.891.593,43 €	- 8.556.593,07 €
Resultado Operacional (antes de gastos financiamento e impostos)	- 3.886.968,14 €	- 438.396,17 €	- 12.676.909,19 €
Resultado Líquido	- 3.787.091,69 €	- 101.924,03 €	- 12.269.837,59 €
ESTRUTURA DO BALANÇO			
Activo não Corrente	42.323.118,75 €	38.591.327,79 €	35.517.481,25 €
Activo Corrente	96.453.022,26 €	111.447.068,33 €	46.117.716,75 €
Activo Total	138.776.141,01 €	152.038.396,12 €	81.635.198,00 €
Capital Próprio	- 46.797.981,39 €	11.607.633,94 €	- 813.092,62 €
Passivo não Corrente	7.331.885,25 €	6.204.117,82 €	5.880.383,85 €
Passivo Corrente	178.242.237,15 €	134.226.644,36 €	76.567.906,77 €
Total Capital Próprio e Passivo	138.776.141,01 €	152.038.396,12 €	81.635.198,00 €
INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS			
Liquidez Geral	0,54	0,85	0,58
Liquidez Reduzida	0,53	0,83	0,55
Endividamento	1,34	0,92	1,03
Estrutura do Endividamento	24,31	21,62	13,13
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	41.901.958,41 €	37.792.573,83 €	32.349.925,54 €
VAB/Nº Trabalhadores (Produtividade)	26.672,16 €	24.652,69 €	20.105,61 €
Solvabilidade	-0,25	0,08	-0,03
Autonomia Financeira	-0,34	0,08	-0,03
RÁCIOS DE GESTÃO			
Prazo Médio Recebimento (em dias)	36	35	35
Prazo Médio Pagamento (em dias)	374	271	225

III - Atividade assistencial

O ano de 2015 manteve as tendências evidenciadas nos anos anteriores: aumento de actividade nas linhas de produção das Consultas Externas, Internamento e Actividade Cirúrgica Ambulatória, ainda que de forma mais discreta; redução nas linhas de produção da Urgência (todas as Urgências evidenciam um decréscimo sustentado ao longo dos três anos compilados para efeitos deste Relatório), Hospitais de Dia, tratamentos Radioterapia e Cirurgia Convencional e Urgente.

Foi um ano marcado pela dificuldade sentida em garantir os Recursos Humanos médicos, sobretudo ao nível da especialidade de Anestesia, pilar fundamental para o garante do desenvolvimento da actividade cirúrgica convencional e ambulatória, com implicações na actividade dos serviços cirúrgicos, mas também da área médica (por ex.: ao nível da capacidade de anestesia para a realização de exames de diagnóstico e terapêutica de Gastreenterologia, como são as CPRE's).

Igualmente, a necessidade verificada de implementação dos Planos de Contingência para as temperaturas extremas (frio e calor) geram impactes ao nível da organização física e da actividade programada dos serviços, com maior evidência na área médica, que garante o acompanhamento destes doentes, representando um afluxo anormal e acréscimo da actividade assistencial designadamente ao nível do internamento.

Consultas Externas

Na análise da actividade desenvolvida apenas no âmbito das Consultas Externas Médicas, no ano de 2015 realizaram-se 178.281 consultas, das quais 42.895 primeiras consultas e 135.386 consultas subsequentes, apurando-se uma taxa de acessibilidade de 24,1%.

Comparando a atividade realizada em 2015 com o período homólogo, constata-se um aumento global de 1.1% no total das consultas realizadas. No entanto, as primeiras consultas decresceram 1.4%, enquanto que as consultas subsequentes aumentaram 1.9%.

Numa análise mais detalhada, pode-se identificar quais as especialidades que mais contribuem para este aumento de produção verificado neste período face ao período homólogo, a saber, Cardiologia, Medicina Interna, Gastroenterologia, Neurologia, Pneumologia, Oftalmologia, Urologia, Psiquiatria, Medicina Física e Reabilitação e Radioterapia.

Em sentido inverso, encontram-se as especialidades que apresentam variações negativas face ao ano anterior, das quais se destacam a Dermatologia, Oncologia, Cirurgia Geral, Ginecologia, ORL, Pediatria, (que reflecte sobretudo a diminuição da Pedopsiquiatria), Imunohemoterapia e a Anestesia, com menos 446 consultas, o que representa uma diminuição de 21.0%.



A taxa de acessibilidade apresenta um valor de 24.1 %, 0.6% abaixo do valor do período homólogo e a 0.9% pontos percentuais do objectivo do ano.

Um aspecto a salientar é o facto de, após dois anos em que sucessivamente se evidenciou redução de actividade nesta linha de produção, o ano de 2013 representou uma inversão desta tendência, voltando a valores de actividade muito próximos dos verificados no ano de 2010, com acréscimos ao nível das primeiras consultas, não obstante a redução do número de médicos verificada.

Na análise da actividade desenvolvida ao longo dos últimos três anos, evidencia-se uma tendência de crescimento sustentado desta linha de actividade, com aumentos de 3.9% em 2014 face a 2013 e 1.1% em 2015 face a 2014.

Gráfico – Consultas Médicas realizadas 2013/2015



Realizaram-se, igualmente 17.852 consultas não médicas, das quais 8.501 Consultas de Enfermagem, 6.766 de Psicologia e 2.585 de Nutrição, o que no global destas consultas representa uma diminuição face ao período homólogo de 12.93%.

No total das Consultas Externas, o Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE realizou 196.133 consultas, das quais 47.175 foram primeiras consultas, evidenciando uma redução total de 0.4% face a 2014

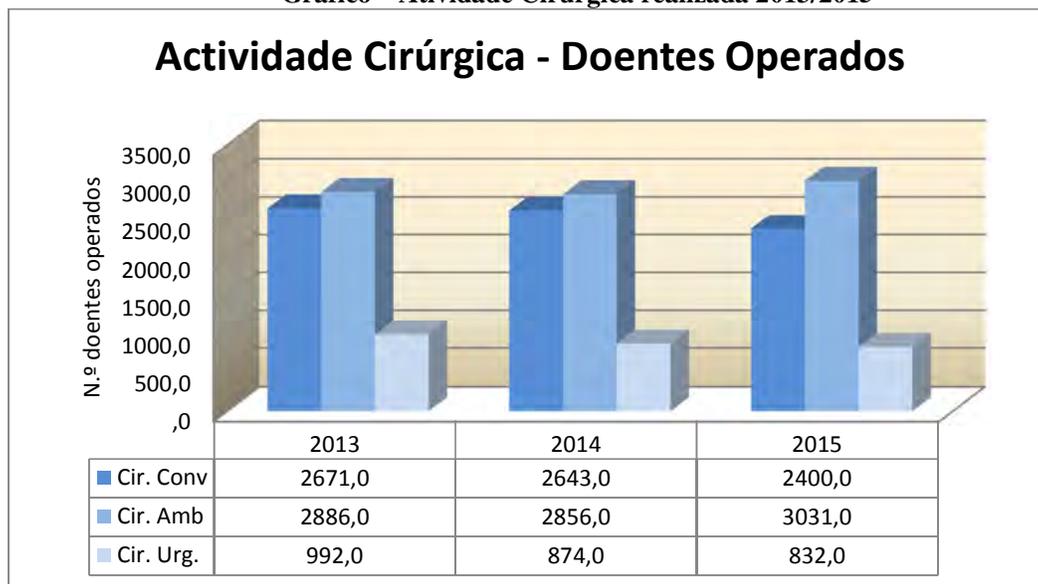
Actividade Cirúrgica

No período em análise, foram operados no Centro Hospitalar 6.263 doentes, dos quais 2.400 em cirurgia convencional, 3.031 doentes em cirurgia do ambulatório e 832 doentes operados em Urgência. A actividade cirúrgica programada totalizou 5.431 doentes operados, ficando o peso da cirurgia do ambulatório no total da cirurgia programada em 55.8%, valor 3.9 pontos percentuais acima do



resultado do período homólogo.

Gráfico – Atividade Cirúrgica realizada 2013/2015



O problema dos Recursos Humanos médicos, designadamente ao nível da especialidade de Anestesia, desempenhou um papel fulcral na capacidade produtiva das especialidades cirúrgicas no ano de 2015. De facto, foi um ano em que se sucederam cancelamentos de tempos operatórios por não se conseguir garantir cobertura de trabalho de anestesista, quer com recurso aos Anestesistas do Quadro, quer com recurso a prestadores de serviços. Esta dificuldade determinou fortemente a capacidade de produção nesta linha de actividade, mais evidente na cirurgia convencional, que decresce 9.2% relativamente ao período homólogo. A cirurgia ambulatoria, por seu turno, aumenta 6.1% face ao resultado de 2014. A cirurgia urgente também apresenta decréscimo em relação ao ano anterior, de 4.8%.

Quando analisada a actividade programada desenvolvida por cada especialidade comparando Dezembro de 2015 com o período homólogo, verifica-se que as especialidades de Oftalmologia Ortopedia e Urologia aumentam o n.º de doentes operados, estando as restantes especialidades abaixo dos valores apresentados anteriormente.

Internamento

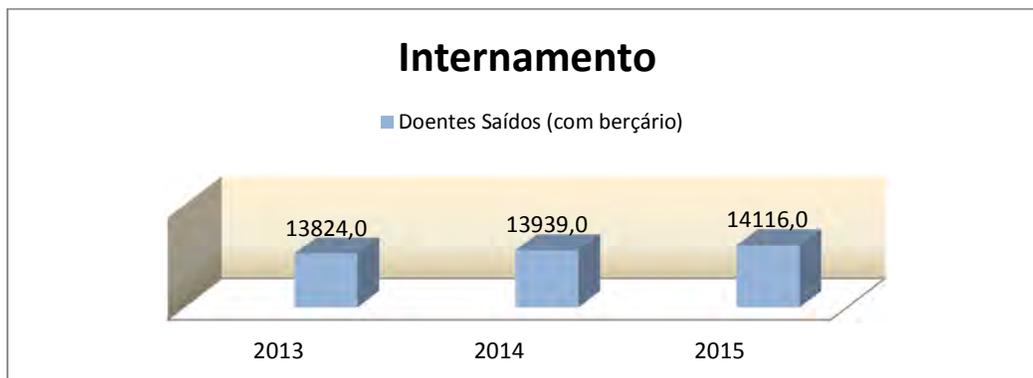
A análise da atividade do Internamento é realizada com base no número de doentes saídos, incluindo a atividade médica, cirúrgica e o berçário.

No ano de 2015, Centro Hospitalar praticou uma lotação média de 352 camas, acrescidas de 29 camas de berçário, registando uma taxa de ocupação de



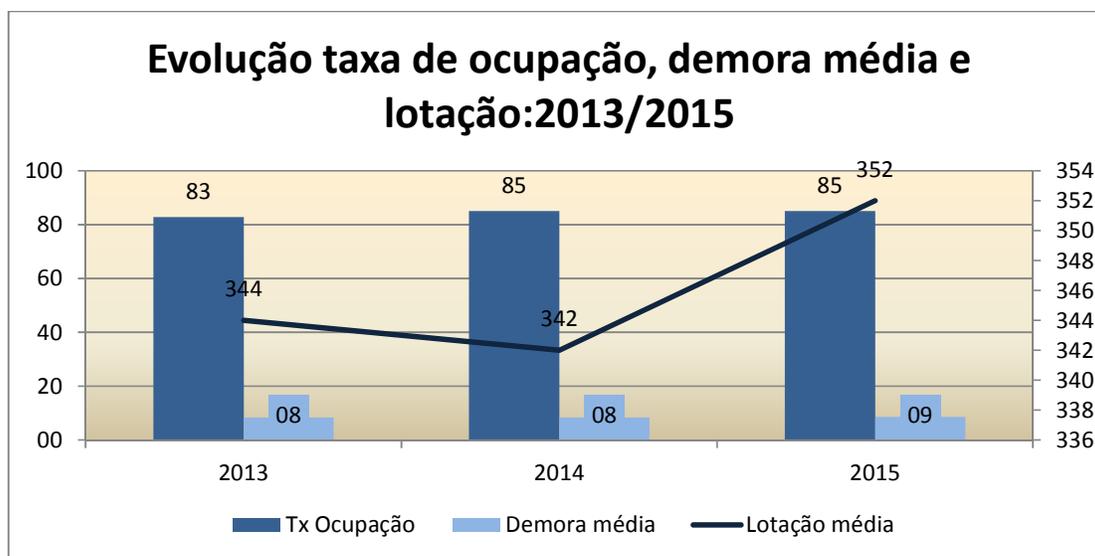
81.3% (85.1%, sem o Berçário). Registaram-se 12.780 doentes saídos, acrescidos de 1.336 altas do Berçário, o que totalizou 14.116 doentes com alta, traduzindo um ratio de 37.8 doentes tratados por cama (incluindo o Berçário). A demora média foi de 8,6 dias, embora, incluindo o Berçário, este indicador decresça para 8,1 dias.

Apresenta-se em seguida o número de doentes saídos nos últimos três anos:



Face ao ano anterior, o movimento registado no Internamento representa um aumento de 1,3% no número de doentes saídos, com aumento da demora média em 0,2 dias. No entanto, analisando as altas do Berçário, verifica-se nesta área uma redução de 2.1%, face ao período homólogo.

Gráfico – Evolução taxa de Ocupação, demora média e lotação: 2013/2015



Considerando a evolução dos indicadores de demora média, taxa de ocupação e lotação, verifica-se que a lotação inverteu a tendência de decréscimo dos últimos anos, tendo aumentado de 342 camas para as atuais 352 (+10 camas, o que representa um aumento de 2.9%), como consequência da necessidade de reforçar a lotação da área médica e, igualmente, da implementação dos planos de contingência das temperaturas extremas (frio e calor) que levaram ao aumento temporário de lotação, que se reflecte depois na lotação média praticada no ano.

A taxa de ocupação mantém em 2015 o mesmo valor evidenciado em 2014, de 85,1%, isto apesar do aumento da lotação verificado. Já a demora média tem vindo a sofrer algumas oscilações, sendo que em 2015 sobe 0,2 relativamente ao valor do ano anterior. Este indicador tem vindo a reflectir a situação da permanência hospitalar de doentes com alta clínica, mas a aguardar resposta para a continuação de cuidados, designadamente por parte da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Efetivamente, constatou-se o agravamento do estado global dos doentes internados, sobretudo os admitidos pela urgência, com idades mais avançadas, maior número de co-morbilidades e maiores dependências. Este cenário traduziu-se num aumento significativo no número de doentes sinalizados para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

Relativamente a esta matéria, no ano de 2015 foi desenvolvido e implementado novo procedimento que passou a considerar o momento da sinalização do doente para a RNCCI. Desta forma, agilizou-se o processo, dinamizou-se o papel dos elos de ligação à EGA, voltaram a realizar-se sessões de formação e esclarecimento aos responsáveis dos serviços clínicos. Os resultados finais permitiram constatar uma melhoria significativa no tempo de sinalização, na articulação entre os vários intervenientes intra-hospitalares e inter-instituições, com benefício para o utente e famílias.

A alteração de metodologia de trabalho, bem como de critério para início do processo levaram a um aumento 89.0% do número de processos que passaram pela EGA. Dos 771 doentes sinalizados para a RNCCI, foram efectivamente referenciados 473 doentes.

Avaliando a referenciação realizada tendo em conta as tipologias de cuidados e reportando ao ano de 2015, verifica-se que a referenciação para a tipologia de Média Duração e Reabilitação apresentou o maior volume de doentes referenciados, com 37.0% dos doentes a serem para aí referenciados, seguida da tipologia de ECCI (23.7%).

Quando analisamos a tendência evidenciada nos últimos 3 anos, verifica-se alguma estabilização no modelo de sinalização do CHBM, com a tipologia de Média Duração e Reabilitação a assumir o maior volume consistentemente desde 2013 (nesse ano ainda em paridade com a tipologia de ECCI), até 2015

Do mesmo modo, importa aferir a capacidade de resposta que a RNCCI apresentou na colocação dos doentes sinalizados e que seguiram para a referenciação. Em 2015 verificou-se um aumento mais significativo na capacidade de colocação de doentes, que passou de 52.2% em 2013, para 51.4% em 2014 e 57.9% neste ano.

A tipologia que apresenta maior capacidade de resposta ao longo do período em análise é a ECCI, seguida pela Média Duração e Reabilitação e Paliativos. Globalmente, a tipologia de cuidados com menor capacidade de colocação foi, em 2015, a de Longa Duração e Manutenção, que sucede assim à tipologia de Paliativos.

Esta situação é especialmente penalizadora para a atividade do hospital, quer em termos de aumento de demora média, como de custos de dias de internamento não justificáveis clinicamente em hospital de agudos. Deve ainda realçar-se que se constata muitas vezes a recusa dos familiares em assumirem o regresso do doente ao seu domicílio, enquanto se aguarda resposta da RNCCI, sendo este um ponto crítico e merecedor de reflexão superior, visando alteração do atual enquadramento legal de responsabilização das famílias.

O CHBM confronta-se ainda com frequência com situações sociais, que extravasam o seu âmbito de atuação e missão, e para as quais não tem meios para encontrar resposta. De facto, nem sempre os utentes se deslocam ao Hospital e aqui permanecem por motivos relacionados com a prestação de cuidados de saúde, mas sim porque não é possível solucionar problemas sociais noutras sedes. Para tal contribui o facto de, tendo em conta o perfil assistencial definido, este Centro Hospitalar funcionar em contínuo e ter uma porta aberta para os utentes 24 h por dia, recebendo cidadãos para os quais os serviços judiciais e de segurança social não encontram outro apoio, promovendo assim o desvio dos recursos disponíveis para tratamento e diagnóstico para outros fins que não estritamente de saúde.

Para efeitos de demonstração do impacto do prolongamento das altas hospitalares por motivos de dificuldade de resposta da RNCCI, bem como de dificuldades de colocação por motivos sociais, apresenta-se em seguida quadro com o número de doentes com alta protelada no ano de 2015, bem como demora média do Hospital ajustada, após dedução dos dias de internamento indevido, por motivos não clínicos.

Cálculo Demora Média Ajustada - expurgados os dias de Internamento Prolongado		
	2014	2015
Total de Doentes saídos (sem berçário) do CHBM	12.574	12.780
Total Doentes saídos com alta clínica protelada por motivos de espera para entrada na RNCCI	159	184
Total de Doentes saídos com alta clínica protelada por motivo de espera para entrada noutra tipo de Instituição	41	42
Doentes saídos com alta clínica protelada outros motivos a)	32	36
Total doentes saídos com alta protelada	232	262
% Doentes com protelamento de alta no total dos Doentes Saídos	1,8%	2,1%
Total Dias de Internamento (Doentes Saídos e sem berçário)	105.614	110.234
Total de Dias de Internamento prolongado (após alta clínica)	8.641	8.844
% Dias Internamento por protelamento no total dos Dias de Internamento	8,18%	8,02%
Demora Média	8,4	8,6
Demora Média ajustada (Dias Internamento sem prolongamento/Doentes Saídos)	7,71	7,93

a) Doentes com problemas sociais ou sem condições de regresso ao domicílio, sem apoio

Em suma, em 12.780 doentes saídos no período considerado, 262 (2,1%) permaneceram no Hospital para além da alta clínica, 184 a aguardar vaga na RNCCI e 42 para outras Instituições (lares, centros de acolhimento, entre outros sendo que a demora média do hospital, sem estes dias de internamento indevidos, seria de 7,93 dias e não de 8,6 dias.

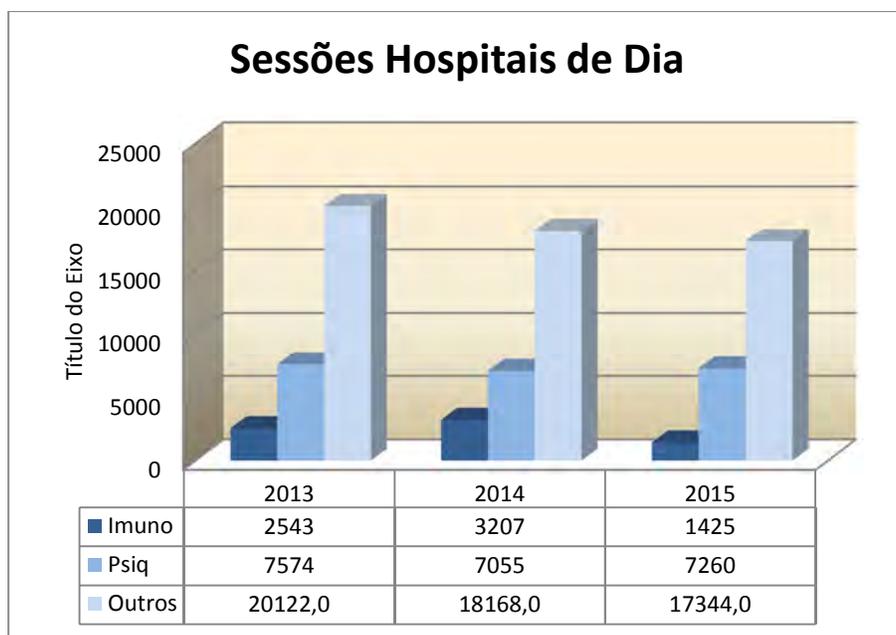
Hospital de Dia

A atividade desenvolvida em Hospital de Dia registou 26.029 sessões, das quais 3.422 de Infeciologia, 7.260 de Psiquiatria, 1.425 de Imunohemoterapia, 1.755 de



Pneumologia, 975 de Pediatria, 6.726 de Oncologia (com e sem Quimioterapia) e 4.466 em Outros Hospitais Dia (que inclui Auto-Imunes, Diabetologia, Gastreenterologia e Urologia).

Gráfico – Comparação Atividade Hospitais de Dia realizada 2013/2015



A linha de produção de Hospitais de Dia apresenta uma redução em 2015 de 8.4% face a 2014, sendo que apenas os HDI de Urologia, Auto-Imunes, Gastreenterologia e Pediatria aumentam expressivamente a sua atividade.

Urgência

Registámos 141.152 episódios de Urgência no ano de 2014, dos quais 33.938 na Urgência Pediátrica, 9.047 na Urgência Obstétrica e Ginecológica, 66.134 na Urgência Geral e 32.033 na Urgência Básica.

Comparando com o ano anterior, a atividade da Urgência regista uma redução de 2.9%, com a Urgência Geral a reduzir 3.8%, a Urgência de Obstetrícia/Ginecológica e Pediátrica registam reduções, de 2.6% e 5.7% respectivamente. No entanto, a Urgência Básica mantém a sua tendência de aumento, que se cifrou num crescimento de 2.4% face a 2014.



Gráfico – Comparação Atividade da Urgência realizada 2013/2015



Radioterapia

Desde que o Serviço de Radioterapia começou a ser concebido que sempre se procurou, dentro das capacidades financeiras disponíveis e defendendo a racionalidade de gestão, dotá-lo de equipamentos e técnicas que permitissem dar a melhor e mais atempada resposta aos doentes aqui tratados. Prova disso foi a entrada em funcionamento do 2.º Acelerador Linear em 2010, que foi adquirido numa perspectiva de procura de diferenciação técnica do Serviço no curto e médio prazo, visando proporcionar respostas revestidas de maior acuidade técnica, que permitissem atingir resultados melhores, mais dirigidos, precisos, e, com maior qualidade.

O Serviço de Radioterapia do Centro Hospitalar Barreiro Montijo iniciou em Agosto o tratamento de Radioterapia de Intensidade Modulada (IMRT), passando a dispor de mais uma técnica especial que se vem juntar à já existente Radioterapia Estereotaxia Corporal (SBRT).

Esta técnica consiste na modulação de intensidade de irradiação, de forma a ter diferentes intensidades de feixe no mesmo campo de tratamento. É possível com esta técnica integrar as diferentes fases de um tratamento numa só, diminuindo o número de dias de tratamento, o que se conhece como Radioterapia de Intensidade Modulada com Boost Integrado (IMRT-SIB). A técnica de IMRT permite maior conformação de dose, à obtida com técnica de Radioterapia 3D atualmente existente no Serviço, nomeadamente em volumes-alvo côncavos ou com outros formatos de maior complexidade, possibilitando a limitação de dose de radiação aos tecidos sãos adjacentes, ao volume de tratamento e permitindo uma escalada de dose no tumor.

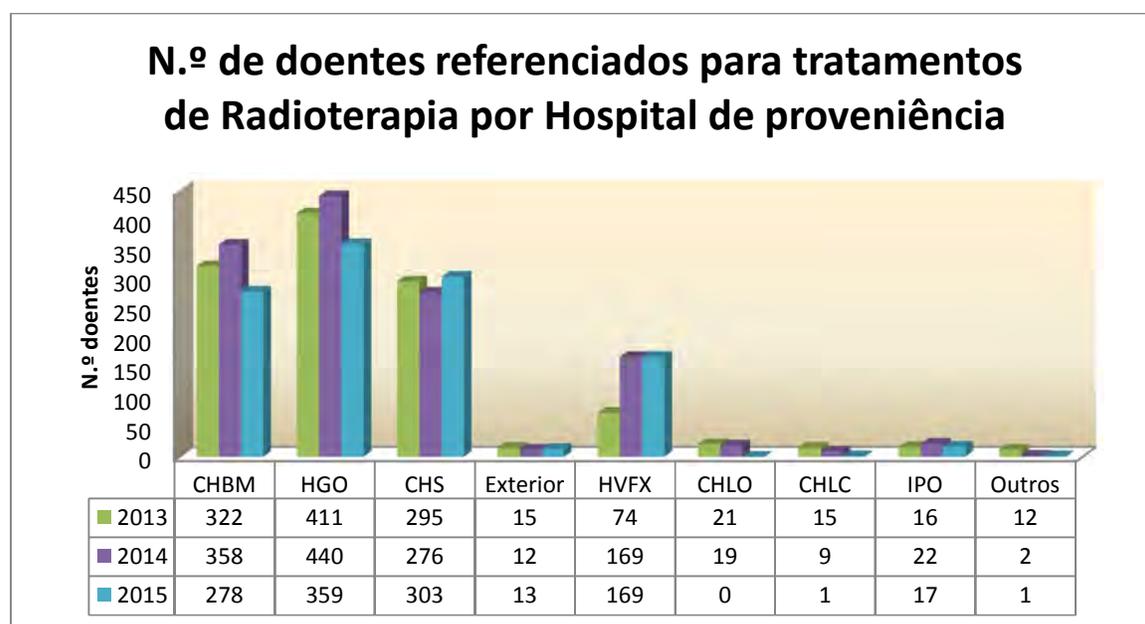
Trata-se de uma técnica complexa e de elevada precisão, que requer um elevado controlo de qualidade ao longo das diferentes etapas até ao tratamento do doente.

As principais indicações de IMRT são para tumores próximos de estruturas de risco com dose de tolerância comprometida, volumes de tratamento complexos e re-irradiações.

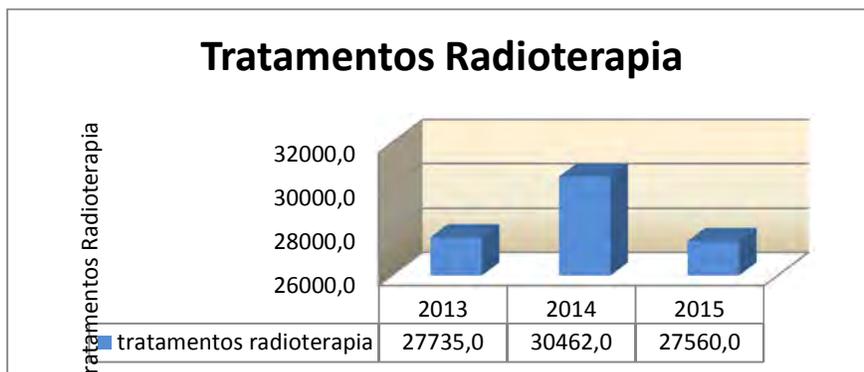


O Serviço de Radioterapia do CHBM, EPE dá resposta à procura de doentes provenientes dos seus serviços e de toda a Península de Setúbal, do Centro Hospitalar de Setúbal e do Hospital Garcia de Orta, tendo estes representado 82.4% dos doentes referenciados em 2015 (940 doentes, dos 1.141 doentes no total). Somando a estes valores os doentes referenciados pelo Hospital de Vila Franca de Xira, que estava igualmente integrado na Rede de referência do CHBM, atingimos 97.2% dos doentes tratados. Marginalmente, o Serviço de Radioterapia recebe e trata doentes provenientes de outros hospitais, como IPO de Lisboa.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução no número de doentes referenciados por Hospital de proveniência.



Em relação ao ano de 2014, em 2015 inverteu-se a tendência de aumento no número de doentes referenciados para a realização de tratamentos de Radioterapia, com um diminuição de 12.7% face ao período homólogo, que se traduziu em menos 166 doentes referenciados. Com exceção do CHS, os restantes hospitais evidenciam uma tendência de diminuição no número de doentes referenciados, mantendo-se a realização de consultas de decisão terapêutica naquelas unidades com a presença de radio-oncologista do CHBM.



Nota: Todos os tratamentos, independentemente das linhas de produção a que estejam associados.

A diminuição de 12.7% no número de doentes referenciados motivou, igualmente, uma diminuição no número de tratamentos realizados, cerca de 9.5%, considerados no total da actividade deste sector, independentemente da linha de produção a que estejam associados (HDI, Consultas Externas ou Internamento).

IV - Indicadores de Recursos Humanos

No final do ano de 2015, o CHBM integrava 1.609 profissionais, o que representa um aumento de 76 funcionários (+5%), face ao número apresentado no ano anterior.

MAPA DE PESSOAL								
Grupo Profissional	dez-14				dez-15			
	CTFP	CTFP Termo Incerto	CIT	Total	CTFP	CTFP Termo Incerto	CIT	Total
Conselho de Administração	4		1	5	4		1	5
Dirigente / Técnico Superior	21		31	52	21		33	54
Médico	80	90	84	254	79	94	86	259
Enfermeiro	333		194	527	325		242	567
Técnico Diagnóstico e Terapautica	84		60	144	82		62	144
Assistente Técnico	108		64	172	105		66	171
Assistente Operacional	204		165	369	198		201	399
Pessoal Informático	1		7	8	1		7	8
Docente	1		1	2	1		1	2
TOTAL GERAL	836	90	607	1.533	816	94	699	1.609

Relativamente à distribuição por tipo de vínculo, 816 profissionais (50,7%) detinham, na mesma data, contrato em funções públicas por tempo indeterminado, 94 profissionais (5,8%)

detinham contrato de trabalho a termo resolutivo (médicos em formação) e 699 profissionais (43,4%) possuíam contrato individual de trabalho.

ETC			
Grupo Profissional	31-dez-14	31-dez-15	Δ 2015 / 2014
Conselho de Administração	5,00	5,00	0,0%
Dirigente / Técnico Superior	51,38	53,37	3,9%
Médico	246,85	252,25	2,2%
Enfermeiro	518,98	559,20	7,8%
Técnico Diagnóstico e Terapautica	143,65	143,05	-0,4%
Assistente Técnico	172,00	171,00	-0,6%
Assistente Operacional	369,00	399,00	8,1%
Pessoal Informático	7,70	7,70	0,0%
Docente	2,00	2,00	0,0%
TOTAL GERAL	1.517	1.593	5,0%

Rotatividade

A rotatividade de profissionais no ano em análise foi a seguinte:

Grupo Profissional	INICIO DE FUNÇÕES EM 2015				CESSAÇÃO FUNÇÕES EM 2015				Variação
	CTFP	CTR Incerto	CIT	Total	CTFP	CTR Incerto	CIT	Total	
Conselho de Administração				0				0	0
Dirigente / Técnico Superior			2	2				0	2
Médico	1	43	12	56	2	39	10	51	5
Enfermeiro	1		75	76	9		27	36	40
Técnico Diagnóstico e Terapautica			6	6	2		4	6	0
Assistente Técnico			6	6	3		4	7	-1
Assistente Operacional	3		52	55	9		16	25	30
Pessoal Informático				0				0	0
Docente				0				0	0
TOTAL GERAL	5	43	153	201	25	39	61	125	76

No decurso do ano de 2015, verificou-se a contratação de um número considerável de enfermeiros e assistentes operacionais, para fazer face às necessidades acrescidas que surgiram na sequência da abertura de camas extra, no âmbito do plano de contingência das temperaturas adversas (frio/calor). As contratações referidas foram viáveis graças à publicação do Despacho do SES nº 342-C/2015 do SES, que veio permitir, a título excecional, a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para acorrer a situações de ausência temporária de trabalhadores, bem como a celebração de contratos de trabalho de profissionais médicos e enfermeiros para os Serviços de Urgência, por parte dos hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde com a natureza de entidade pública.

Foram admitidos 153 profissionais em regime de contrato de trabalho de direito privado. Destes últimos, 12 são médicos, dos quais 4 já se encontravam em funções no Centro Hospitalar, em regime pré carreira.

A admissão de médicos verificou-se nas especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Medicina Interna, Imunohemoterapia, Oncologia Médica, Pediatria, Urologia, Ortopedia e Oftalmologia.

Note-se que nos últimos anos o CHBM diminuiu de forma relevante o número de efectivos, na sequência de saídas que não foram objecto de substituição, não sendo viável manter esta trajectória de redução de efectivos mantendo a actual carteira de serviços, sem compromisso da prestação de cuidados de saúde. Assim, o acréscimo de profissionais que se verificou em 2015 visou essencialmente repor as dotações necessárias para a prestação de cuidados.

No período em referência, registou-se a cessação de funções de 64 contratos de trabalho em funções públicas e de 61 profissionais em regime contrato individual de trabalho.

No que respeita ao grupo profissional médico, verificou-se a cessação de funções de 12 médicos, 2 em regime de funções públicas e de 10 em regime de contrato individual de trabalho, com impacto na capacidade de produção do CHBM, bem como na elaboração das escalas de urgência. As saídas decorreram essencialmente de rescisões para o desempenho de funções no estrangeiro ou em hospitais, tanto públicos como em parceria público-privada.

A cessação destes profissionais verificou-se nas especialidades de Anatomia Patológica, Anestesiologia, Cirurgia Geral, Infeciologia, Medicina no Trabalho, Medicina Interna, Oncologia, Ortopedia, Pediatria e Pedopsiquiatria.

Regressaram no mesmo período 1 colaborador em funções públicas, um médico (cedência de interesse público noutra Instituição), 1 enfermeira e 2 Assistentes Operacionais (licença sem remuneração).

Estrutura etária

O nível médio etário diminuiu ligeiramente em relação a 31 de dezembro de 2014, por influência das faixas etárias inferiores a 30 anos, o que traduz a admissão de um número relevante de elementos mais jovens.

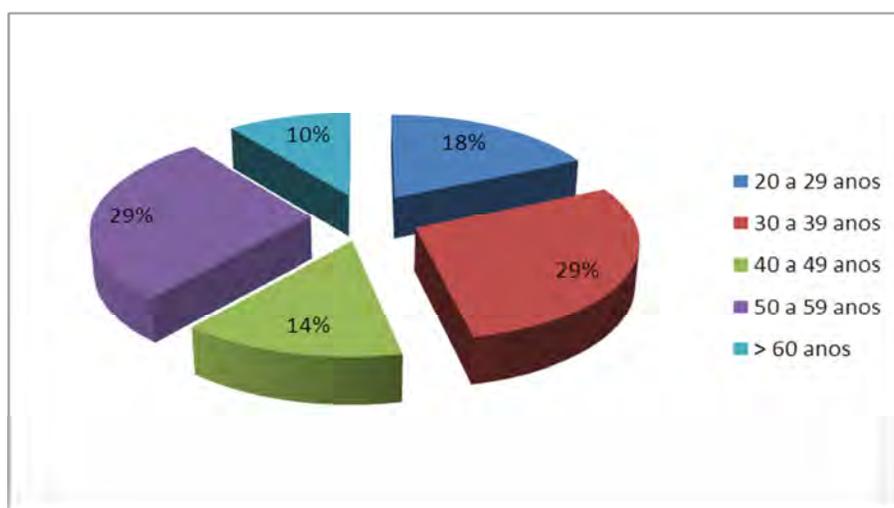
A distribuição por grupos sócio profissionais é a seguinte:

Grupo Profissional	NÍVEL ETÁRIO															TOTAL FUNC.	
	20 - 29			30 - 39			40 - 49			50 - 59			60 - 69				
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total		
Conselho de Administração			0			0		1	1		1	2	3	1		1	5
Dirigente / Técnico Superior	1	0	1	2	15	17	4	14	18	2	12	14	2	2	4	54	
Médico	19	28	47	27	47	74	9	28	37	29	45	74	18	9	27	259	
Enfermeiro	12	75	87	23	156	179	24	152	176	17	102	119		6	6	567	
Técnico Diagnóstico e Terapautica	2	11	13	7	42	49	10	42	52	6	19	25	1	4	5	144	
Assistente Técnico		1	1	5	35	40	10	46	56	8	54	62	1	11	12	171	
Assistente Operacional	2	17	19	30	37	67	14	74	88	25	143	168	8	49	57	399	
Pessoal Informático			0	5		5	2		2	1		1			0	8	
Docente			0		1	1			0		1	1			0	2	
TOTAL	36	132	168	99	333	432	73	357	430	89	378	467	31	81	112	1.609	
%	10,4%			26,8%			26,7%			29,0%			7,0%			100%	

No entanto, persiste a tendência de envelhecimento dos profissionais, sendo que mais de 35% dos profissionais têm idade superior a 50 anos:

Nível Etário	Nº Trabalhadores		%		Δ% (15-14)
	2014	2015	2014	2015	
Dos 20 aos 29 anos	135	168	9%	10%	24,4%
Dos 30 aos 39 anos	428	432	28%	27%	0,9%
Dos 40 aos 49 anos	422	430	28%	27%	1,9%
Dos 50 aos 59 anos	447	467	29%	29%	4,5%
60 ou mais anos	101	112	7%	7%	10,9%
TOTAL	1.533	1.609	100%	100%	5,0%

No que respeita ao pessoal médico, a estrutura etária é a seguinte:



A estrutura etária do pessoal da área médica apresenta uma percentagem significativa (39%) de colaboradores com idade superior a 50 anos de idade, facto que causa transtornos ao nível da actividade em regime de urgência, uma vez que estes médicos podem usufruir de benefícios legais ao nível da dispensa de trabalho em regime de urgência.

Cerca de 46% dos trabalhadores têm antiguidade superior a 15 anos, e 36% dos trabalhadores têm um nível de antiguidade com mais de 20 anos, reflexo da estrutura etária apresentada anteriormente.

ANTIGUIDADE						
Grupo Profissional	Até 5 anos	De 5 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 19 anos	Mais de 20 anos	Total
Conselho de Administração	1				4	5
Dirigente / Técnico Superior	7	7	21	1	18	54
Médico	101	42	29	4	83	259
Enfermeiro	85	99	65	91	227	567
Técnico Diagnóstico e Terapautica	14	25	28	20	57	144
Assistente Técnico	4	19	60	8	80	171
Assistente Operacional	52	80	121	37	109	399
Pessoal Informático		6	1		1	8
Docente		1			1	2
TOTAL GERAL	264	279	325	161	580	1.609
%	16%	17%	20%	10%	36%	100%

Nível Habilitacional

A formação académica de nível superior situa-se nos 50% tendo sofrido significativo acréscimo nos licenciados, por via da admissão de pessoal médico. Verifica-se também, uma diminuição nos restantes níveis, relacionada com a aposentação de funcionários da Administração Pública, com um nível habilitacional mais baixo.

Nível Habilitacional	Nº Trabalhadores		Δ (15-14)	
	2014	2015	Nº	%
Licenciatura	752	809	57	8%
Bacharelato	181	175	-6	-3%
12º Ano	186	216	30	16%
Inferior ao 12º ano	331	331	0	0%
Ensino Primário	83	78	-5	-6%
TOTAL	1.533	1.609	76	5%

Taxa de Absentismo

A taxa de absentismo foi a seguinte:

Taxa de Absentismo Total			
Grupo Profissional	Total de Efectivos	Total de Ausências (dias)	Δ%
Conselho de Administração	5	39	2,1%
Dirigente / Técnico Superior	54	1.369	6,9%
Médico	259	6.570	6,9%
Enfermeiro	567	17.656	8,5%
Técnico Diagnóstico e Terapautica	144	3.201	6,1%
Assistente Técnico	171	3.364	5,4%
Assistente Operacional	399	11.351	7,8%
Pessoal Informático	8	229	7,8%
Docente	2	94	12,9%
TOTAL	1.609	43.873	7,5%

A taxa de absentismo de 7,5%, traduz 43873 dias de absentismo. Nos grupos socioprofissionais docente, pessoal informático, enfermeiro, assistente operacional e técnicos de diagnóstico e terapêutica, a taxa ultrapassa a média geral.

As principais causas para o absentismo ligam-se com doença, gravidez de risco, maternidade, faltas por assistência a filhos menores e ainda estatuto de trabalhador estudante.

V - Indicadores de desempenho económico-financeiro

O Resultado Líquido no final de 2015 ascende a 12,3 Milhões de euros negativos, ficando 5,5% acima da previsão orçamental. Este resultado apresenta um decréscimo de 11 938% face ao ano anterior por efeito de uma descida de 13,6% dos proveitos totais, conjugada com um aumento nos custos totais de 2,8%.

Estes resultados avaliados face ao ano de 2014, onde se registou um reforço da verba de convergência para o pagamento de dívidas a fornecedores e a compensação por acréscimo de gastos com pessoal, no montante global de 10,4 milhões de euros, a favor do Hospital, a par de uma regularização do acréscimo de proveitos relacionado com os Contrato Programa no valor de 6,3 Milhões de euros de produção ainda não facturada, evidenciam um agravamento da tendência de resultados negativos que não traduz de forma exacta a realidade. De facto, nos anos anteriores os resultados foram influenciados por medidas extraordinárias de reequilíbrio financeiro do Contrato Programa e outras, que não se repetiram na mesma proporção no ano de 2015. Tal situação, aliada à redução de proveitos e aumento de custos referidas anteriormente, promoveram o resultado apresentado.

RESULTADOS					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
EDITDA	3.891.593 €	-8.556.593 €	319,87%	-8.773.773 €	-2,48%
Resultado Operacional (antes de gastos financiamento e impostos)	-438.396 €	-12.676.909 €	2791,66%	-12.987.218 €	-2,39%
Resultados Líquidos do Exercício	-101.924 €	-12.269.837 €	11938,22%	-12.987.218 €	-5,52%

O EBITDA é um indicador financeiro que nos permite avaliar a capacidade do CHBM gerar recursos financeiras através da sua actividade operacional sem contar com o efeito das depreciações, amortizações e imparidades.

Na sequência do referido atrás, também este indicador, quando aferido na comparação com o ano de 2014, apresenta um agravamento de 319,87%. Face ao valor orçamento, este indicador situa-se 2,48% acima do previsto.

Os proveitos totais em 2015 ascenderam a 63,2 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 15.6% (-11,6 milhões de euros), face ao ano anterior. Esta variação resulta de uma regularização do acréscimo de proveitos relacionado com os contratos programa, no valor de 6,3 milhões de euros de produção realizada, ainda não facturada e de no ano de 2014 terem sido promovidas medidas de reforço financeiro extraordinárias do Contrato Programa, que não se repetiram em 2015.

PROVEITOS					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Prestações de Serviços	65.331.802 €	61.436.964 €	-5,96%	62.783.890 €	-2,15%
- SNS (Contrato Programa)	62.553.808 €	58.462.062 €	-6,54%	59.728.890 €	-2,17%
- Outras Entidades	2.777.994 €	2.974.902 €	7,09%	3.055.000 €	-2,62%
Subsídios à Exploração	388.178 €	40.332 €	-89,61%	0 €	100,00%
Reversões	150.295 €	0 €	-100,00%	0 €	#DIV/0!
Outros Rendimentos e Ganhos	7.935.150 €	3.218.924 €	-59,43%	385.435 €	88,03%
Juros, Dividendos e outros Rendimentos	1.046.506 €	0 €	-100,00%	93.960 €	-100,00%
Proveitos Operacionais Totais	74.851.931 €	64.696.220 €	-13,57%	63.263.285 €	2,27%

Os proveitos totais apresentam uma taxa de execução de 2,3 % acima do previsto, o que representa um aumento da receita face ao expectável na ordem dos 1,4 mil de euros.

Face ao Contrato-Programa, a execução orçamental dos Proveitos apresenta uma taxa de 2,1% abaixo do previsto, o que representa menos 1,3 milhões de euros, influenciado pela taxa de execução do Contrato Programa que se situou nos 98%.

Relativamente ao ano anterior, uma vez mais se salienta que a redução verificada na ordem dos 6,54% reflecte sobretudo a variação negativa registada ao nível da verba de convergência, que passou de 11,3 milhões de euros em 2014 para 3,8 milhões de euros em 2015 (-66,45%), já que nas restantes linhas de produção, excepção feita ao internamento, os proveitos aumentam.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (SNS)					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Internamento	22.779.803 €	22.209.826 €	-2,50%	23.065.223 €	-3,71%
Consulta Externa	6.992.566 €	7.668.015 €	9,66%	7.702.659 €	-0,45%
Urgência	5.840.555 €	6.188.287 €	5,95%	6.305.027 €	-1,85%
Hospitais de Dia	621.829 €	721.416 €	16,02%	731.181 €	-1,35%
GDH's de Ambulatório	7.366.445 €	9.453.535 €	28,33%	9.095.340 €	3,94%
Verba de Convergência	11.288.007 €	3.787.317 €	-66,45%	3.787.317 €	0,00%
Outros	7.664.603 €	8.433.666 €	10,03%	9.042.143 €	-6,73%
Total das Prestações de Serviço (SNS)	62.553.808 €	58.462.062 €	-6,54%	59.728.890 €	-2,12%

Os custos totais em 2015 ascenderam a 77,3 Milhões de euros e apresenta uma execução de 2,8% acima do realizado face ao período homólogo. Apresenta uma execução orçamental 1,5 % acima do previsto.

CUSTOS					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
CMVMC	16.914.500 €	17.840.624 €	5,48%	17.533.469 €	1,8%
FSE	11.455.031 €	11.915.643 €	4,02%	12.139.904 €	-1,8%
Custos com Pessoal	42.289.527 €	42.832.791 €	1,28%	42.314.450 €	1,2%
Gastos de Depreciações e de Amortizações	4.329.990 €	4.120.316 €	-4,84%	4.213.445 €	-2,2%
Outros Gastos e Perdas	301.279 €	663.755 €	120,31%	49.235 €	1248,1%
Custos Totais	75.290.327 €	77.373.129 €	2,8%	76.250.503 €	1,5%

No quadro acima demonstra-se que todos os custos directos, por grande rubrica, evidenciam aumentos face ao ano anterior, sendo que apenas os Gastos de Depreciações e de Amortizações apresentam um decréscimo, na ordem dos 4,8%. Esta análise faz-se à mais detalhadamente nos pontos seguintes.

A estrutura de custos manteve-se praticamente inalterada. Do total dos custos 55,1% respeitam a custos com pessoal, 23,4% a matérias de consumo e 15,3% a fornecimentos e serviços externos. Contudo, a análise do triénio 2013-2015 permite constatar a tendência de redução do peso dos custos com pessoal e concomitante aumento dos custos com consumos. Da mesma forma, as grandes rubricas dos custos directos justificam percentualmente menos do total dos custos (95,4% em 2013 para 93,9% em 2015).

ESTRUTURA DE CUSTOS			
	Realizado 2013	Realizado 2014	Realizado 2015
1 - Custos Totais	75.730.039 €	75.290.327 €	77.373.129 €
2 - Custos com Pessoal	43.467.335 €	42.289.527 €	42.832.791 €
3 - CMVMC	17.136.811 €	16.914.500 €	17.840.624 €
4 - FSE	11.646.196 €	11.455.031 €	11.915.643 €
5 = (2/1)		57,4%	56,2%
6 = (3/1)		22,6%	23,1%
7 = (4/1)		15,4%	15,4%

Em 2015 os custos com Consumos cifraram-se em 17,8 milhões de Euros, o que representa um aumento dos gastos relativamente ao ano anterior de 5,5%, ou seja, mais 926 mil euros. Face ao orçamento, esta rubrica situa-se 1,8% acima da previsão inicialmente aprovada.

CMVMC					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Produtos Farmacêuticos	13.762.749 €	14.860.420 €	8,0%	14.367.536 €	3,4%
Material de Consumo Clínico	2.823.580 €	2.626.922 €	-7,0%	2.854.308 €	-8,7%
Produtos Alimentares	1.890 €	1.594 €	-15,7%	2.500 €	-36,2%
Material de Consumo Hoteleiro	128.416 €	131.669 €	2,5%	103.445 €	21,4%
Material de Consumo Administrativo	99.292 €	88.127 €	-11,2%	91.550 €	-3,7%
Matrial de Manutenção e Conservação	97.361 €	129.659 €	33,2%	112.750 €	13,0%
Outro Material de Consumo	1.212 €	2.233 €	84,2%	1.380 €	61,8%
Total	16.914.500 €	17.840.624 €	5,5%	17.533.469 €	1,8%

É na rubrica de Produtos Farmacêuticos, que representa 83,3% do total dos custos desta rubrica, que se verificam os desvios mais expressivos, quer em relação ao ano anterior (+ 8,0%, o que representa +1,1 milhões de euros), quer em relação ao orçamentado (+3,4%, o que representa +493 mil euros).

Nas restantes rubricas, verificam-se desvios positivos quer em relação ao ano transacto quer em relação ao orçamentado no Material de Consumo Hoteleiro, Material de Manutenção e Conservação e Outro Material de Consumo. Em sentido inverso, as rubricas de Material de Consumo Clínico, Produtos Alimentares e Material de Consumo Administrativo reduziram em relação ao ano anterior, concomitante com a tendência do orçamentado.

Os custos na rubrica de Produtos Farmacêuticos cifraram-se em 2015 em 14,8 milhões de Euros, o que representa um aumento nos gastos relativamente ao ano anterior de 8,0% (+ 1,1 milhões de Euros).

PRODUTOS FARMACÊUTICOS					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Medicamentos	11.938.892 €	13.264.481 €	11,1%	12.600.536 €	5,3%
Reagentes	1.516.689 €	1.316.563 €	-13,2%	1.429.000 €	-8,5%
Outros	307.168 €	279.376 €	-9,0%	338.000 €	-17,3%
Total	13.762.749 €	14.860.420 €	8,0%	14.367.536 €	3,4%

Nesta rubrica os custos com Medicamentos representa 89% do total, tendo-se verificado um aumento face ao ano anterior de 11,1%, mais 1,3 milhões de euros.

As variações mais apreciáveis respeitam ao peso do custo com Medicamentos da área da Infecçiology, assim como com a patologia auto-imune.

Os custos na rubrica de Material de Consumo Clínico cifraram-se em 2015 em 2,6 milhões de Euros, com uma diminuição dos gastos relativamente ao ano anterior de 7,0 %, o que representa menos 197 mil Euros.

Analisando a performance dos custos por família de Material de Consumo Clínico, verifica-se que todas exibem um decréscimo face ao ano anterior, com excepção do material de próteses, que cresce 4,9%. Este aumento deve-se ao crescimento da actividade relativa às cirurgias com próteses de Ortopedia, bem como ao aumento do número de pacemakers colocados em 2015 face ao ano anterior.

No entanto, em relação ao Orçamento, todas as rubricas evidenciam uma execução abaixo do previsto, tendo ficado 8% aquém da previsão.

MATERIAL DE CONSUMO CLINICO					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Penso	126.770 €	124.572 €	-1,7%	154.020 €	-19,1%
Artigos Cirurgicos	372.522 €	296.787 €	-20,3%	311.740 €	-5,0%
Tratamento	713.815 €	599.534 €	-16,0%	609.974 €	-1,7%
Electromedicina	17.618 €	14.261 €	-19,1%	22.050 €	-54,6%
Laboratório	80.384 €	73.696 €	-8,3%	91.241 €	-19,2%
Proteses	564.020 €	591.681 €	4,9%	632.958 €	-7,0%
Osteosintese	126.106 €	113.240 €	-10,2%	198.950 €	-43,1%
Outros	822.345 €	813.151 €	-1,1%	833.375 €	-2,5%
Total	2.823.580 €	2.626.922 €	-7,0%	2.854.308 €	-8,0%

Custos com pessoal

Os Custos com Pessoal representam 55,1% do total dos custos, sendo que em 2015 esta rubrica regista um aumento de 1,3% em relação a 2014 (+543 mil euros). Esta variação deve-se, por um lado, à reposição de 20% dos cortes remuneratórios definida em sede de LOE e, por outro, à variação positiva de efectivos regista no CHBM (+5%, o que traduz mais 76 profissionais), sobretudo da área de Enfermagem e Assistentes Operacionais.

Face ao orçamentado, regista-se um desvio positivo de 1,2%, o que representa mais 518 mil euros.

CUSTOS COM PESSOAL					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Remuneração Orgão Directivos	297.968 €	300.575 €	0,9%	297.570 €	1,0%
Remuneração Base do Pessoal	23.999.065 €	24.628.565 €	2,6%	25.036.318 €	-1,7%
Suplementos de Remunerações	5.082.795 €	5.323.708 €	4,7%	4.606.414 €	15,6%
Prestações Sociais Directas	40.239 €	40.926 €	1,7%	30.608 €	25,2%
Subsidio de Férias e Natal	4.236.823 €	4.396.410 €	3,8%	4.176.472 €	5,3%
Outras Despesas com Pessoal	8.632.637 €	8.142.607 €	-5,7%	8.167.068 €	-0,3%
Total	42.289.527 €	42.832.791 €	1,3%	42.314.450 €	1,2%

Todas as rubricas aumentam os custos face a 2014, com destaque para as Remunerações Base do Pessoal, Suplementos de Remuneração e Subsídios de Férias. Apenas a rubrica de Outras Despesas com Pessoal decresce, por efeito do programa de rescisões com funcionários públicos, que não se aplicou em 2015.

As despesas de pessoal com outras remunerações aumentaram 4,7 % face ao valor do ano anterior, o que representa um crescimento de 241 mil euros, mais evidente na rubrica de Outros Suplementos, pelo facto de em 2014 ter-se registado reposições de vencimentos com regularização da situação, por decisão legal, o que configura uma excepção. Comparativamente com o Orçamento, esta rubrica ficou 15,6 % acima do previsto, o que representa mais 117 mil euros, sobretudo na rubrica de Trabalho Extraordinário, por não se ter verificado um decréscimo tão acentuado quanto o previsto em sede de Orçamento.

OUTRAS REMUNERAÇÕES					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Trabalho Extraordinário	2.741.495 €	2.548.049 €	-7,1%	2.122.664 €	20,0%
Trabalho em Regime de Turnos	1.100.933 €	1.148.943 €	4,4%	1.087.747 €	5,3%
Outros Suplementos	1.240.367 €	1.626.716 €	31,1%	1.396.003 €	16,5%
Total	5.082.795 €	5.323.708 €	4,7%	4.606.414 €	15,6%

Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos cifraram-se em 2015 em 11,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,0% nos gastos relativamente ao ano anterior (+ 460 mil euros).

Destaca-se relativamente ao ano anterior, o aumento de 14,6% na rubrica de Subcontratos, por força do crescimento verificado na emissão de termos de responsabilidade para o exterior (realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica), transporte de doentes e vales cirúrgicos enviados para o exterior. A rubrica de Subcontratos representa 1/3 do total dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos.

Face ao orçamento, esta rubrica ficou 1,8 % abaixo do previsto. As rubricas mais significativas são os Subcontratos e os Serviços Especializados, que representam 75,5% dos custos totais dos Fornecimentos e Serviços Externos. A primeira registou um desvio positivo de 3,6% face ao orçamentado (+137 mil euros), enquanto que os Serviços Especializados evidenciam um desvio negativo de 4,6% face ao previsto (-230 mil euros).

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Subcontratos	3.493.804 €	4.003.217 €	14,6%	3.865.794 €	3,6%
Serviços Especializados	5.048.684 €	4.991.410 €	-1,1%	5.221.700 €	-4,6%
Materiais	24.410 €	16.894 €	-30,8%	18.250 €	-7,4%
Energia e Fluidos	1.266.571 €	1.275.211 €	0,7%	1.288.090 €	-1,0%
Deslocações, Estadas e Transportes	702 €	154 €	-78,1%	1.160 €	-86,7%
Serviços Diversos	1.620.860 €	1.628.757 €	0,5%	1.744.910 €	-7,1%
Total	11.455.031 €	11.915.643 €	4,0%	12.139.904 €	-1,8%

Analisando a rubrica de Subcontratados mais detalhadamente, verifica-se que o aumento de 14,6% face ao ano anterior se deve quase exclusivamente ao crescimento verificado na rubrica de Internamentos (+98,5%, o que corresponde a +397 mil euros) que respeita à emissão de vales cirúrgicos para o exterior. Também a rubrica de Trabalhos executados Outras entidades, por força do aumento dos termos de responsabilidade emitidos para o exterior para a realização de MCDT's, a par do aumento dos gastos com transporte de doentes, se verifica um aumento de 6.2% face a 2014 (+135 mil euros).

Em relação ao orçamento, verifica-se um desvio de 3,55% (+138 mil euros), devido à execução da rubrica de Internamentos, explicada no parágrafo anterior.

SUBCONTRATOS					
	Realizado 2014	Realizado 2015	Δ% (15-14)	Orçamento 2015	Δ% (Orç-15)
Assistencia Ambulatória	0 €	0 €	#DIV/0!	0 €	#DIV/0!
Medicamentos Prescritos SNS	13.175 €	0 €	-100,0%	11.500 €	#DIV/0!
Internamentos	403.416 €	800.853 €	98,5%	466.950 €	71,5%
Trabalhos Executados Entidades SNS	911.463 €	901.831 €	-1,1%	942.589 €	-4,5%
Trabalhos Executados Outras Entidades	2.165.750 €	2.300.533 €	6,2%	2.444.755 €	-5,9%
Total	3.493.804 €	4.003.217 €	14,6%	3.865.794 €	3,55%

Balanço e estrutura patrimonial

ESTRUTURA DO BALANÇO	2013	2014	2015
ATIVO			
Ativo não Corrente	42.323.119 €	38.591.328 €	35.517.481 €
Ativo Corrente	96.453.022 €	113.337.337 €	46.117.717 €
TOTAL DO ATIVO	138.776.141 €	151.928.665 €	81.635.198 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	- 46.797.981 €	11.607.634 €	- 813.093 €
PASSIVO			
Passivo não Corrente	7.331.885 €	6.204.118 €	5.880.384 €
Passivo Corrente	178.242.237 €	134.116.913 €	76.567.907 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	138.776.141 €	151.928.665 €	81.635.198 €

Depois de dois anos consecutivos com o CHBM a merecer medidas extraordinárias vertidas não só em termos dos Orçamentos aprovados, mas também pelo reforço das verbas dos fundos patrimoniais, que permitiram um equilíbrio na estrutura do balanço, os resultados de 2015 vêm novamente colocar a tónica no desequilíbrio estrutural do Balanço deste CH, com os fundos patrimoniais a voltarem a terreno negativo.

No entanto, ressalva-se a melhoria do Passivo Corrente, que decresce 57% face a 2014, por via de amortizações das dívidas vencidas a fornecedores.

Indicadores Económico-Financeiros

A análise dos indicadores económico-financeiros reflecte dois aspectos importantes: por um lado, e por via da liquidação de dívidas a fornecedores com recurso ao aumento de capital estatutário que se verificou em 2014, permitiu uma melhoria dos indicadores respeitantes aos prazos de pagamento (de 345 dias, para 225 dias, o que representa uma redução de 35%), com reflexo também no indicador da Estrutura do endividamento, que decorre da diminuição significativa do Total do Passivo.

Por outro lado, e como já referido atrás, pelo facto de 2015 se comparar com anos que tiveram medidas extraordinárias que não se repetiram neste ano, assiste-se a uma degradação dos rácios respeitantes à Liquidez (Geral e reduzida), ao aumento do Endividamento. Também os

rácios de Solvabilidade e Autonomia Financeira passam novamente a terreno negativo, como impacte dos Resultados Líquidos negativos do período.

Também o indicador do VAB e Produtividade reflectem uma diminuição das verbas de financiamento, designadamente em termos da convergência, mantendo-se a tendência do ano transacto.

INDICADORES	2013	2014	2015
Liquidez Geral	0,54	0,85	0,58
Liquidez Reduzida	0,53	0,83	0,55
Endividamento	1,34	0,92	1,03
Estrutura do Endividamento	24,31	21,62	13,13
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	41.901.958,41 €	37.792.573,83 €	32.349.925,54 €
VAB/Nº Trabalhadores (Produtividade)	26.672,16 €	24.652,69 €	20.105,61 €
Solvabilidade	-0,25	0,08	-0,03
Autonomia Financeira	-0,34	0,08	-0,03
RÁCIOS DE GESTÃO			
Prazo Médio Recebimento (em dias)	36	35	35
Prazo Médio Pagamento (em dias)	374	345	225

Investimentos

Tendo em conta as restrições orçamentais, foram investidos em 2015 cerca de 1 milhão de euros, o que representa um aumento de 71,5% face ao valor investido no ano anterior.

INVESTIMENTO	2013	2014	2015
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Edifício e Outras Construções	14.369 €	97.314 €	260.165 €
Equipamento Básico	332.698 €	375.343 €	689.932 €
Equipamento de Transportes			18.944 €
Equipamento Administrativo e Informático	46.511 €	115.867 €	58.113 €
Outros Activo Fixos Tangíveis			3.198 €
Sub-Total	393.578 €	588.524 €	1.030.352 €
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projectos de Desenvolvimento			
Programas de Computador		14.002 €	2.738 €
TOTAL	393.578 €	602.526 €	1.033.090 €

Considerando a estrutura do Investimento, foi dada primazia à aquisição de Equipamentos Básico de reposição, com um aumento de 83,7% da verba investida, assim como a Edifício e Outras Construções, com um aumento de 168%, donde se destacam as obras realizadas na estrutura da Urgência Geral. O investimento relativo ao Equipamento de Transportes, primeiro em 3 anos, correspondeu à operacionalização do Projecto de Cuidados Paliativos Domiciliários, que mereceu candidatura a apoio da Fundação Gulbenkian e para o qual houve verbas específicas.

Investimentos	Valor (milhares de euros)
Obras no Serviço Urgência	242
Equipamento Gastro	233
Ampola TC	74
Processador Tecidos	55
Up-Grade TAC	49
Unidade de Climatização	36
Viatura	19
Equipamento Diverso	325

VI - Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. propõe que o resultado negativo do exercício do período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015, no montante de -12.269.837,59 € (doze milhões duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e trinta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos), seja aplicado do seguinte modo:

APLICAÇÃO DE RESULTADOS	Valor (€)
Para Reserva Legal	
Para Reserva Livre	
Para Resultados Transitados	- 12.269.837,59 €

VII - Cumprimento das Obrigações Legais

Objectivos de Gestão

O Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE (CHBM) pauta a sua atuação na prossecução dos seguintes objetivos:

- Orientar toda a atividade em função do doente, respondendo às suas necessidades, de acordo com as melhores práticas disponíveis;
- Prosseguir e implementar metodologias de gestão que proporcionem a realização pessoal e profissional dos seus colaboradores;
- Rentabilizar a capacidade disponível e garantir a viabilidade económico-financeira da instituição.

Gestão do Risco Financeiro

Em Dezembro de 2008, o CHBM financiou-se através do Fundo de Apoio de Pagamentos do SNS, no montante de 24,3 milhões de euros e realizou uma aplicação no mesmo Fundo no montante de 4 milhões de euros. Este financiamento destinou-se à regularização de dívidas a fornecedores do SNS, conforme determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n° 191-A/2008.

Em Setembro de 2009 realizou-se o resgate do montante aplicado tendo-se liquidado juros no valor de 298 mil euros, em Dezembro desse mesmo ano efectuou-se um aumento do Capital Estatutário de 8 milhões de euros, utilizado para amortização o financiamento realizado e segundo as orientações da tutela.

Desse resgate resultou uma amortização de capital de 7,8 milhões de euros, liquidando-se juros no valor de 125 mil euros.

Por Despacho conjunto n° 14181-A/2013 de 1 de Novembro, do Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Saúde, foi determinado um aumento do capital estatutário no valor de 12,8 milhões de euros, realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo. São também perdoados todos os juros vencidos e não pagos até à data de entrada em vigor do despacho acima referido, que produziu os seus efeitos a 1 de Janeiro de 2014.

O Despacho n° 15476-B/2014 de 19 de Dezembro, do Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Saúde, vem novamente reforçar o Capital Estatutário do CHBM,EPE no montante 45,3 milhões de euros, totalmente subscrito pelo Estado em numerário cifrando-se actualmente nos 99,03 milhões de euros.

À data de 31/12/2015, o CHBM, EPE não contraiu quaisquer empréstimos.

ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO			
Anos	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	0 €	0 €	269.885 €
Taxa Média de Financiamento (%)	0,000%	0,000%	2,114%

PASSIVO REMUNERADO (€)	2015	2014	2013	Variação 15/14	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamentos Obtidos (Correntes e Não Correntes)	- €	- €	- €	- €	#DIV/0!
- Dos quais concedidos pela DGTF	- €	- €	- €	- €	#DIV/0!
Aumentos de Capital por dotação		45.300.000 €	12.800.000 €	-45.300.000 €	-100,0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	- €	- €	- €	- €	#DIV/0!
Endividamento Ajustado	- €	- €	- €	- €	#DIV/0!

Evolução do Prazo Médio de Pagamento

No final do ano de 2015, o CHBM obteve um prazo médio de pagamento de 225 dias, o que representa uma diminuição de -17,0% (-46 dias), face ao valor alcançado no ano anterior.

Prazo Médio de Pagamentos				
	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
PMP (dias)	225	271	-46	-17,0%

Resultados Obtidos

Foram prosseguidas todas as diligências acordadas em sede de contratualização com o Serviço Nacional de Saúde, designadamente o cumprimento do orçamento de custos aprovado, embora por insuficiência de recursos financeiros não tenha sido possível colocar a dívida de fornecedores nos níveis legalmente consignados.

Dividas Vencidas	0 - 90 dias	Dividas vencidas de acordo com o art.º 1.º DL 65-A/2011			
		90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	2.107.614 €	1.009.370 €	223.677 €	15.563 €	295.464 €
Aq. de Capital					
TOTAL	2.107.614 €	1.009.370 €	223.677 €	15.563 €	295.464 €

Remunerações

Conselho de Administração

Aos membros do Conselho de Administração não foi atribuído qualquer prémio de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015).

A todos os membros do Conselho de Administração foram aplicadas as reduções remuneratórias, nos termos do art.º 2º da Lei n.º 75 /2014 de 12 de Setembro, bem como a manutenção da aplicação da redução de 5%, nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, conforme o seguinte quadro.

Conselho de Administração					
	Presidente	Vogal	Vogal	Directora Clínica	Enfª Directora
Mandato	II	II	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	66.891,68 €	56.710,79 €	58.263,92 €	62.015,91 €	56.301,76 €
OPRLO	Não	Sim	Não	Sim	Não
Entidade de Origem (Identificar)	CHLC	CHLC	CHO	CHBM	CHBM
Entidade pagadora (origem/Destino)	CHBM	CHBM	CHBM	CHBM	CHBM
1.1.Remuneração Anual	50.450,16 €	44.274,12 €	43.540,70 €	49.591,68 €	43.869,72 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	17.657,52 €	13.160,88 €	13.062,18 €	13.117,02 €	13.160,88 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)					
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.405,38 €	2.871,84 €	2.830,18 €	3.135,44 €	2.851,56 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	5.176,28 €	4.365,00 €	4.301,78 €	4.761,96 €	4.334,28 €
1.6.Pagamento dos subsídios de férias e natal	7.365,66 €	6.512,63 €	6.457,00 €	7.204,61 €	6.457,00 €
1.7.Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5+1.6-1.7)	66.891,68 €	56.710,79 €	55.927,92 €	62.015,91 €	56.301,76 €
2. Remuneração variável					
3.Isenção de Horário de Trabalho (HT)					
4.Outras Bonificação por deficiência e assistencia a 3ª pessoa			2.336,00 €		
Subsídio de deslocação					
Subsídio de refeição	1.007,72 €	1.029,07 €	896,70 €	952,21 €	982,10 €
Encargos com benefícios sociais	15.886,77 €	13.468,82 €	13.371,68 €	14.771,36 €	13.371,68 €
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	CGA	SS	CGA	CGA	CGA
Seguros de saúde					
Seguros de vida					
Seguro de Acidentes Pessoais					
Outros (Identificar)					
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					
Parque Automóvel					
Mandato	II	II	II	II	II
Modalidade de Utilização					
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início					
Ano Termo					
N.º prestações (se aplicável)					
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					
Combustível gasto com a viatura					
Plafond anual Combustível atribuído					
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)					
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					
Outras regalias e compensações					
Mandato	II	II	II	II	II
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	70,00 €	70,00 €	70,00 €	70,00 €	70,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	120,04 €	199,56 €	183,64 €	0,00 €	11,55 €
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)					
Gastos c/ deslocações					
Mandato	II	II	II	II	II
Custo total anual c/ viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo					
Outras (indicar)					

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Fiscalização

Foram aplicadas ao Fiscal Único as reduções remuneratórias, nos termos do art.º 2º da Lei n.º 75 /2014 de 12 de Setembro.

Fiscal Único / ROC								
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração Anual		Nº de Mandatos exercícios na sociedade
		Nome	Numero	Doc.	Data	Limite Fixado	Contratado	
01/01/2011 a 31/12/2013	Fiscal Único	ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa, SROC	115	Desp. 498/12-SETF	13-04-2012	10.773 €	10.773 €	3º
01/01/2011 a 31/12/2013	ROC	José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	681	Desp. 498/12-SETF	13-04-2012	-	-	3º
01/01/2011 a 31/12/2013	Fiscal Suplente	Reinaldo Soares, Rogério Coelho & José Jacob, SROC	162	Desp. 498/12-SETF	13/04/2012	-	-	3º
01/01/2011 a 31/12/2013	ROC Suplente	Rogério Carlos Guedes Coelho	787	Desp. 498/12-SETF	13-04-2012	-	-	3º

Nota: O Fiscal Único é o Revisor Oficial de Contas

Dos restantes trabalhadores

Foi aplicado aos restantes trabalhadores as reduções remuneratórias, em conformidade com o art.º 2º da Lei n.º 75 /2014 de 12 de Setembro.

Complementos de Pensões

Não foram pagos complementos de pensão, para além dos consentidos pelo art. 78.º Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015).

Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

Não é permitida a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração tendo por objecto a realização de despesas ao serviço do CHBM. Assim como não é permitido o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, tem como limite o valor fixado para os cargos de direcção superior de 1.º grau da Administração Pública (Despacho n.º 35/2013, de 19 de setembro do CA/CHBM).

Despesas Não Documentadas

Foi dado cumprimento ao princípio de proibição de realização de quaisquer despesas não documentadas e de transparência financeira, conforme previsto do n.º 2 art. 16.º da Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, detendo esta Instituição contabilidade organizada nos termos legais, que permite identificar claramente todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos.

Relatório sobre Remunerações pagas a Homens e Mulheres

O CHBM elaborou relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014 de 7 de Março, o qual foi divulgado internamente e disponibilizado no respetivo sítio na Internet.

Contratação Pública

As normas de contratação pública em vigor no Centro Hospitalar Barreiro Montijo (CHBM) decorrem do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º 3/2010 de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de Julho.

Em 2012 foi aprovada uma “Política de Aprovisionamento” que visa estabelecer as regras relativas à aquisição de bens, serviços e aquisição de empreitadas, bem como à gestão dos stocks no CHBM, concretizadas através da ação desenvolvida pelo Serviço de Aprovisionamento (SAP), com a participação dos clientes internos (utilizadores).

A preparação e realização da compra são sempre e apenas, efetuadas pelo SAP segundo as regras de contratação pública prevista no CCP e demais legislação aplicável. A “Política de Aprovisionamento” do CHBM é operacionalizada através da elaboração e implementação dos Procedimentos Gerais ou Sectoriais.

O SAP tem Certificação pela Norma ISO 9001:2008, desde 2009, tendo sido o primeiro serviço de aprovisionamento certificado a nível nacional por este referencial. Tendo em vista assegurar a eficiente utilização dos recursos, o eficaz controlo dos processos e a avaliação e minimização dos riscos identificados, estão aprovados e publicados 15 procedimentos internos, além do Manual de Qualidade e do Regulamento de Contratação. Durante o ano de 2015 procedeu-se à revisão e atualização do Regulamento de Contratação e do procedimento APR.1009 - Avaliação de fornecedores externos.

Durante o ano a que se reporta o presente Relatório, não foi celebrado nenhum contrato de valor superior a 5M€, sendo, contudo, submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas

todos os atos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa nos termos dos artigos 44.º a 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Da Prevenção da Corrupção

O ano de 2015 caracterizou-se por um forte empenhamento no sentido de elaborar e implementar o Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas adaptado às Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção e da Inspeção-Geral da Saúde, bem como um especial envolvimento dos trabalhadores deste CHBM na concretização desse objetivo.

O Plano, aprovado pelo Conselho de Administração, foi publicado no sítio da internet e intranet e divulgado através de circular informativa e da *Newsletter* do CHBM, tendo sido, também, agendadas ações de formação e divulgação junto dos colaboradores, através da realização de Workshops.

No âmbito da execução do Plano foi realizada uma Auditoria área da Higiene e Limpeza. Foram, também, realizadas ações de controlo e fiscalização surpresa para aferir da regularidade da cobrança de taxas moderadoras.

Nos termos da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (DR, 2.ª, 140, 22/07/2009) e do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tanto o Plano como o Relatório Anual de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, foram objeto de divulgação e distribuição, conforme se indica:

- Nos sítios da internet e intranet do CHBM;
- Conselho de Prevenção da Corrupção;
- Órgãos de superintendência, tutela e controlo, designadamente, Ministro da Saúde, Inspeção-Geral das atividades em Saúde, Inspeção-Geral de Finanças, Administração Central do Sistema de Saúde e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Da adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

No que se refere aos contratos celebrados para aquisição de bens e serviços, este Centro Hospitalar aderiu a todos os acordos quadro da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde E.P.E. (SPMS), entidade criada como central de compras para o sector específico da saúde. Aderiu, também, à grande maioria dos procedimentos desenvolvidos pela Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública I.P. (ESPAP), como entidade voluntária. Os contratos celebrados no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas representaram, em 2015, cerca de 50% da despesa com aquisições de bens e serviços, conforme se indica.

	Quantidade	Valor
Total de procedimentos aquisitivos	3360	36.681.300.31€
Procedimentos ao abrigo dos acordos-quadro	841	18.563.659.35€
% acordo quadro <i>versus</i> total	25.0%	50.6%

Da Frota Automóvel

Desde 2012, este Centro Hospitalar tem em vigor uma Política de Transportes e de Utilização de Viaturas que é operacionalizada através da elaboração e implementação de Procedimentos Gerais ou Sectoriais.

Em 2015 foi aprovado e divulgado o Regulamento de Transportes e Viaturas que instituiu normas internas de organização do Serviço de Transportes e de utilização e controlo de veículos, a maximização do seu uso, a racionalização da frota, a segurança dos veículos e dos condutores e o controlo da despesa orçamental.

No que se reporta às orientações previstas nos ofícios circulares decorrentes do n.º 4 do artigo 61.º da Lei n. 82-B/2014, de 31 de dezembro, é de referir que a redução de gastos associados à frota automóvel ficou evidenciada com a redução do número de veículos do parque automóvel em abril de 2013, considerando que foram abatidas quatro viaturas sem qualquer substituição.

De salientar contudo que, no âmbito de uma parceria com o ACES Arco Ribeirinho, a Camara Municipal do Barreiro e a Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, este Centro Hospitalar apresentou uma candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian para criação de uma Unidade Domiciliar de Cuidados Paliativos.

Esta candidatura foi favoravelmente apreciada pelo júri de seleção e aprovada pelo Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian com um financiamento global de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).

A criação desta Unidade Domiciliar de Cuidados Paliativos, sediada neste Centro Hospitalar, tem como finalidade assegurar cuidados paliativos de qualidade no domicílio a doentes e suas famílias em situação de sofrimento decorrente de doença avançada e progressiva, desde a admissão até ao período do luto, em contexto domiciliário, assim como prestar aconselhamento diferenciado e assegurar formação em cuidados paliativos, às equipas das entidades parceiras.

Neste contexto tornou-se indispensável proceder à aquisição de uma viatura específica para o efeito, em conformidade com a candidatura e financiamento aprovados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Medidas de Redução de Gastos Operacionais

O CHBM tem mantido uma política de redução dos custos operacionais, evidenciado no quadro seguinte:

Plano Redução Custos	META	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2015/2014		Variação 2015/2010	
								Absoluta	%	Absoluta	%
1 - CMVMC	17.533.469 €	18.204.806 €	16.914.500 €	17.136.811 €	18.352.268 €	21.054.642 €	20.736.539 €	1.290.306	7,6%	-2.531.733	-13,8%
2 - FSE	12.139.904 €	11.915.643 €	11.455.031 €	11.646.196 €	12.026.443 €	13.848.724 €	15.206.184 €	460.612	4,0%	-3.290.541	-27,4%
3 - Gastos com Pessoal	42.314.450 €	42.832.791 €	42.289.527 €	43.467.335 €	43.143.200 €	46.399.104 €	51.567.153 €	543.264	1,3%	-8.734.362	-20,2%
4 = (1)+(2)+(3) Gastos Operacionais	71.987.823 €	72.953.240 €	70.659.058 €	72.250.342 €	73.521.911 €	81.302.470 €	87.509.876 €	2.294.182	3,2%	-14.556.636	-19,8%
5 - Volume de Negócios	62.783.890 €	61.436.964 €	65.331.802 €	70.352.031 €	62.929.818 €	59.761.291 €	69.837.826 €	-3.894.838	-6,0%	-8.400.862	-13,3%
6 = (4)/(5) - Peso dos Gastos no VN	115%	119%	108%	103%	117%	136%	125%				
Lei OE 2015 - Artº 61 nº 3											
Comunicações (FSE)	Em linha com 2014	204.615 €	238.167 €	246.500 €	218.625 €	313.466 €	312.421 €	-33.552	-14%	-107.806	-49,3%
Deslocações e Estadas (FSE)	Em linha com 2014	9 €	260 €	220 €	- €	3.885 €	5.516 €	-251	-97%	-5.507	#DIV/0!
Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)	Em linha com 2014	4.285 €	1.738 €	2.989 €	469 €	3.133 €	5.381 €	2.547	147%	-1.096	-233,7%
Número Trabalhadores											
Nº de Efectivos		1.609	1.533	1.571	1.062	1.658	n.a.			n.a.	n.a.
Nº Cargos de Direcção		12	13	13	13	14	n.a.			n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores / Cargo Direcção		0,7%	0,8%	0,8%	1,2%	0,8%	n.a.			n.a.	n.a.
Viaturas											
Nº de Viaturas	Menor que 2014	7	8	8	n.a.	n.a.	n.a.			n.a.	n.a.
Gastos com Viaturas	Menor que 2014	37.977 €	47.025 €	38.399 €	n.a.	n.a.	n.a.			n.a.	n.a.

O art. 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro não é aplicável ao CHBM, uma vez que estão exceptuados do respectivo âmbito os hospitais entidades públicas empresariais, natureza jurídica detida por este Centro Hospitalar.

Princípio da Unidade de Tesouraria

Conforme previsto na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, o CHBM mantém as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E. P. E., sendo-lhe para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.º 3-B/2000, de 4 de abril, e n.º 107 -B/2003, de 31 de dezembro.

Não foram auferidos juros em incumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, reconhecendo-se que as receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efetuadas em violação deste princípio reverterem para o Estado.

Auditorias do Tribunal de Contas

O CHBM não foi alvo de auditoria pelo Tribunal de Contas no ano em apreço.

Informação divulgada no site

Informação a constar no site do SEE	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (pdf)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, Objectivos, Políticas, Obrig. serv. Público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgão Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos Órgãos Sociais)	X			
Estatuto Remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes com entidades relacionadas	X			
Outras transacções	X			
Análise da sustentabilidade económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Barreiro, 31 de março de 2016

O TÉCNICO DE CONTAS

Fernando Joaquim Galvão

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração

O Vogal do Conselho de Administração

João Manuel Alves da Silveira Ribeiro

Mário de Figueiredo Bernardino

A Vogal do Conselho de Administração

Elsa Maria Baião Ferreira Airoso Banza

A Diretora Clínica

A Enfermeira Diretora

Elizabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues

Luisa Maria Alves da Luz

VIII - Anexos

Demonstrações financeiras

Certificação Legal de Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório do Fiscal Único

Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas



Anexo às Demonstrações Financeiras 2015

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE

Barreiro, 31 de Março de 2016

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	4
1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO UTILIZADO	4
2.2 DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	5
2.3 CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR	5
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	5
3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
4. FLUXOS DE CAIXA	9
4.1 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS:.....	9
4.2 OUTRAS INFORMAÇÕES	11
4.3 COMENTÁRIO DA GERÊNCIA SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO	12
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	12
5.1 EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS BEM COMO DA DETECÇÃO DE ERROS NOS PERÍODOS ANTERIOR, CORRENTE E FUTUROS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	12
6. PARTES RELACIONADAS	12
6.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS	12
6.1.1 <i>Identificar se existem participações entre entidades</i>	12
6.2 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	13
6.2.1 <i>Natureza do relacionamento com as partes relacionadas</i>	13
6.2.2 <i>Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:</i>	13
6.2.3 <i>Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:</i>	14
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	15
7.1 DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	15
7.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES	16
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	16
8.1 DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	16
8.2 DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS CONTABILIZADOS POR QUANTIAS REVALORIZADAS:	19
8.3 OUTRAS DIVULGAÇÕES	20
9. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	20
9.1 POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS NO PERÍODO E RESPECTIVA TAXA, BEM COMO OS RECONHECIDOS EM GASTOS:	20

10. INVENTÁRIOS	20
10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS E FÓRMULA DE CUSTEIO USADA	20
10.2 APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS E OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE ESTAS NATUREZAS DE INVENTÁRIOS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	21
11. RÉDITO	21
11.1 QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO, CONFORME QUADRO SEGUINTE	21
12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	22
12.1 SALDOS À DATA DO BALANÇO E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE CADA CLASSE DE PROVISÃO, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	22
12.2 DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE PASSIVO CONTINGENTE À DATA DO BALANÇO	25
13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	25
13.1 POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA PARA OS SUBSÍDIOS DO GOVERNO, INCLUINDO OS MÉTODOS DE APRESENTAÇÃO ADOPTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	25
14.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO:	25
14.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DE CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO	25
INDICAÇÃO SOBRE SE FORAM RECEBIDAS INFORMAÇÕES APÓS A DATA DO BALANÇO ACERCA DE CONDIÇÕES QUE EXISTIAM À DATA DO BALANÇO. EM CASO AFIRMATIVO, INDICAÇÃO SOBRE SE, FACE ÀS NOVAS INFORMAÇÕES, FORAM ATUALIZADAS AS DIVULGAÇÕES QUE SE RELACIONAM COM ESSAS CONDIÇÕES	25
15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	26
15.1 DIVULGAÇÃO DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO:	26
15.2 IMPOSTO DIFERIDO E CORRENTE RECONHECIDO NOS RESULTADOS E EM CAPITAIS PRÓPRIOS, CONFORME QUADRO SEGUINTE	26
15.3 DIVULGAÇÕES RELACIONADAS COM OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	27
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	28
16.1 PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS, CONFORME DISCRIMINAÇÃO NO QUADRO SEGUINTE:	28
16.2 DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA:	28
16.3 CATEGORIAS (NATUREZAS) DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS, PERDAS POR IMPARIDADE, RENDIMENTOS E GASTOS ASSOCIADOS, CONFORME QUADRO SEGUINTE:	29
16.4 SITUAÇÃO DE INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DO BALANÇO	30
16.5 INDICAÇÃO DAS QUANTIAS DO CAPITAL SOCIAL NOMINAL E DO CAPITAL SOCIAL POR REALIZAR E RESPECTIVOS PRAZOS DE REALIZAÇÃO.	30
16.6 QUANTIAS DE AUMENTOS DE CAPITAL REALIZADO NO PERÍODO E A DEDUÇÃO EFETUADA COMO CUSTOS DE EMISSÃO	30
16.7 QUANTIAS E DESCRIÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO EMITIDO E A RESPECTIVA QUANTIA ACUMULADA À DATA DO BALANÇO.	30
17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	31
17.1 PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA E HORAS TRABALHADAS	31
17.2 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E ENCARGOS DA ENTIDADE	31
17.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	33
17.4 BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO	34

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	34
18.1 INFORMAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÓMICA.....	34
18.2 INFORMAÇÃO POR MERCADO GEOGRÁFICO	35
18.3 OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	36
19. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	36
19.1 DISCRIMINAÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	36
19.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS	37

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE

Sede social: Rua Movimento das Forças Armadas

Endereço eletrónico: admin@chbm.min-saude.pt

Página da internet: www.chbm.min-saude.pt

Natureza da atividade: Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a quinta-feira, 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2014.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições. As Demonstrações Financeiras demonstram uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não existem contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo

criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no CHBM EPE, referem-se a Fundos de compensação do trabalho (FCT). As entregas mensais para o FCT, efetuadas pelo CHBM, são reconhecidas como um ativo financeiro e mensuradas ao custo.

As variações de justo valor são reconhecidas como “ Ganhos por aumentos de justo valor” em investimentos financeiros ou em “ Perdas por reduções de justo valor em investimentos financeiros”

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

- Imparidade de ativos.

Os créditos de clientes de cobrança duvidosa são reconhecidos em perdas por imparidades de clientes em 100% do saldo em dívida após a data de vencimento das faturas.

Os créditos do estado não são reconhecidos como imparidade.

No ano em pareço não foram reconhecidas outras imparidades de ativos para além dos anteriormente divulgados.

- Benefícios dos empregados

Os benefícios incluídos no CHBM, E.P.E. são:

- Benefícios a curto prazo dos empregados, tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de doze meses do final do período);
- e Benefícios pós-emprego tais como pensões.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	136.781,34	20.859.439,95	20.727.498,00	268.723,29
Outros depósitos bancários	41.420.861,89	58.705.235,59	87.993.411,17	12.132.686,31
Total	41.557.643,23	79.564.675,54	108.720.909,17	12.401.409,60

Caixa

No que concerne à caixa, o CHBM, E.P.E. tem implementado um conjunto de fundos de maneio, em sistema de fundo fixo. Estes fundos são usados apenas para que os serviços disponham de algum

dinheiro para pagamentos de pequeno montante. O valor do fundo fixo, no final do ano é devolvido aos serviços financeiros.

Conta	Caixa	Contabilidade	Fundo Fixo 2015	Fundo Fixo 2014	Variação dos Fundos
1111	Caixa A	-			
11801	FM - Aprovisionamento	-	350,00	350,00	-
11802	FM - Tesouraria	-	300,00	300,00	-
11803	FM - C. Ext. Admissão Doentes	-	60,00	60,00	-
11804	FM - S.I.E.	-	400,00	440,00	- 40,00
11805	FM - Serviço Social	-	100,00	100,00	-
11806	FM - Pedops	-	35,00	35,00	-
118109	FM - Urgência	-	170,00	130,00	40,00
118110	FM - Transportes	-	100,00	100,00	-
118111	FM - Urgência Montijo	-	-	40,00	- 40,00
11817	FM - Pediatria	-	35,00	35,00	-
11818	FM - Administração	-	-	-	-

Depósitos

Evidenciação detalhada dos valores em depósitos à ordem à data de 31-12-2015:

Banco	Contabilidade	Banco	Dif. Recon.	Reconciliação
BES - 52901256	107.613,91 €	107.567,37 €	46,54 €	-46,54 €
BES Multibanco - 0003 2309 1869	18.882,66 €	41.725,84 €	-22.843,18 €	22.843,18 €
Santander	91.153,26 €	93.509,23 €	-2.355,97 €	2.355,97 €
Santander Jornadas	51.073,46 €	51.673,46 €	-600,00 €	600,00 €
Banca Comercial	268.723,29 €	294.475,90 €	-25.752,61 €	25.752,61 €
DGT Conta nº 4422/95	2.908.430,25 €	2.908.392,31 €	37,94 €	-37,94 €
DGT Conta nº 4028/ Montijo	12.772,80 €	12.772,80 €	0,00 €	0,00 €
DGT Conta nº 1120014810	9.211.483,26 €	9.211.483,26 €	0,00 €	0,00 €
DGT	12.132.686,31 €	12.132.648,37 €	37,94 €	-37,94 €
Total	12.401.409,60 €	12.427.124,27 €	-25.714,67 €	25.714,67 €

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	711.698,54	22.147.148,07	22.722.065,27	136.781,34
Outros depósitos bancários	1.178.653,48	113.894.806,95	73.652.598,54	41.420.861,89
Total	1.890.352,02	136.041.955,02	96.374.663,81	41.557.643,23

4.2 Outras Informações

Em 2015 o CHBM, E.P.E. recebeu sob a forma de subsídio à exploração o valor 40.332,50 € dos quais 2.832,50 € relativamente a transferências da tutela e 37.500,00 relativamente a transferência da Fundação Calouste Gulbenkian para a criação de unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indeminizações seguros não vida		
Subsídios à exploração	40.332,50	388.178,00
Imposto sobre o rendimento		
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento		
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso	9.211.483,26	40.802.834,95

4.3 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor constante neste saldo referem-se ao aumento em numerário do capital estatutário, no valor global de € 45.300.000,00, por despacho conjunto nº 15476-B/2014 de 19 de Dezembro. O montante acima referido foi aplicado em parte no pagamento das dividas vencidas, supervisionado pela Inspeção-Geral de Finanças e acompanhamento da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), que definem a metodologia a implementar e autorizam a sua movimentação

Do valor de 12.401409,60 € em depósitos á ordem à data de 31-12-2015, não estão disponíveis para uso o montante de 9.211.483,26 €, pelo facto de a conta ser apenas movimentada centralmente com a autorização do Ministério das Finanças e da ACSS.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Não existem quaisquer alterações de políticas e estimativas contabilísticas, bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuro.

6. Partes relacionadas

6.1 Identificação das partes relacionadas

6.1.1 Identificar se existem participações entre entidades

O capital estatutário do CHBM, EPE é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado.

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) é a entidade mãe do Grupo Publico da Saúde, sendo responsável pela consolidação das contas.

Descrição

Texto

Participa no capital de outras pessoas coletivas? (Sim/Não)	Não
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	Não
Se não, identifique a entidade controladora final:	
Denominação	ACSS
NIF	508188423
LEI	Portaria nº 474/2010
Sede (País)	PT
Se não residente, indique a entidade controladora no território nacional:	
Denominação	
NIF	
LEI	
Existem pessoas coletivas que participam indiretamente no capital da entidade? (Sim/Não)	Não
A entidade participa indiretamente no capital de outras pessoas coletivas?	Não

6.2 Transações entre partes relacionadas

6.2.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Para além das transacções realizadas com clientes e fornecedores, o CHBM também se relaciona com outros hospitais do Serviço Nacional de Saúde e com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), nomeadamente para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

6.2.2 Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de clientes							1.083.333,36
VALOR DAS TRANSAÇÕES							

Transações do ano com entidades relacionadas

Descrição	Montante das Transações de 2015
Empresa Mãe	
ACSS	
Outras partes relacionadas	
SPA/SNS	306,58 €
ARS	668.477,68 €
ADSE	
Outras partes relacionadas	414.549,10 €
Total	1.083.333,36 €

Quadro comparativo:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de clientes	(2.027,52)						3.124.661,29
VALOR DAS TRANSAÇÕES							

6.2.3 Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Total de remunerações	300.575,23	297.968,21
Total benefícios de curto prazo dos empregados		
Total benefícios pós-emprego		
Total benefícios de longo prazo		
Total benefícios por cessação de emprego		
Total pagamentos com base em ações		

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		442.785,94	1.057.244,33					1.500.030,27
Amortizações acumuladas totais no fim do período		442.785,94	1.049.718,93					1.492.504,87
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		442.785,94	1.054.506,82					1.497.292,76
Amortizações acumuladas		442.785,94	1.038.198,49					1.480.984,43
Saldo no início do período			16.308,33					16.308,33
Variações do período			(8.782,93)					(8.782,93)
Aquisições em primeira mão			2.737,51					2.737,51
Total de aumentos			2.737,51					2.737,51
Outras diminuições			11.520,44					11.520,44
Total diminuições			11.520,44					11.520,44
Saldo no final do período			7.525,40					7.525,40

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		442.785,94	1.054.506,82					1.497.292,76
Amortizações acumuladas totais no fim do período		442.785,94	1.038.198,49					1.480.984,43
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		442.785,94	1.040.504,77					1.483.290,71

Amortizações acumuladas		440.700,43	1.017.260,62					1.457.961,05
Saldo no início do período		2.085,51	23.244,15					25.329,66
Variações do período		(2.085,51)	(6.935,82)					(9.021,33)
Outras aquisições	2.085,51							2.085,51
Total de aumentos	2.085,51							2.085,51
Amortizações do período	2.085,51							2.085,51
Abates		2.085,51	6.935,82					9.021,33
Total diminuições	2.085,51	2.085,51	6.935,82					11.106,84
Saldo no final do período			16.308,33					16.308,33

7.2 Outras divulgações

Os activos intangíveis adquiridos por meio de subsidio do governo são mensurados após o reconhecimento segundo o modelo de custo.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Aquisição	Quotas Const.	3	33,3%
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis				

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	3.610.595,52	37.272.714,39	24.613.097,76	325.908,62	5.243.165,42		73.739,76			71.139.221,47
Depreciações acumuladas		4.992.882,14	22.170.443,12	317.573,66	5.014.272,36		69.030,73			32.564.202,01
Saldo no início do período	3.610.595,52	32.279.832,25	2.442.654,64	8.334,96	228.893,06		4.709,03			38.575.019,46
Variações do período		(2.726.125,95)	(286.166,74)	8.635,32	(75.338,13)		(328,96)			(3.079.324,46)
Total de aumentos		260.164,80	689.932,31	18.943,58	58.113,45		3.198,49			1.030.352,63

Aquisições em primeira mão	260.164,80	689.932,31	18.943,58	58.113,45	3.198,49	1.030.352,63
Total diminuições	2.986.290,75	1.689.192,61	31.252,18	159.324,85	3.527,45	4.869.587,84
Depreciações do período	2.986.290,75	975.217,64	10.308,26	144.972,02	3.527,45	4.120.316,12
Abates		713.974,97	20.943,92	14.352,83		749.271,72
Outras transferências		713.093,56	20.943,92	25.873,27		759.910,75
Saldo no fim do período	3.610.595,52	29.553.706,30	16.970,28	153.554,93	4.380,07	35.495.695,00
Valor bruto no fim do período	3.610.595,52	37.532.879,19	24.589.055,10	323.908,28	5.286.926,04	71.420.302,38
Depreciações acumuladas no fim do período	7.979.172,89	22.432.567,20	306.938,00	5.133.371,11	72.558,18	35.924.607,38

Variações de ativos fixos tangíveis por conta ocorrida no ano de 2015:

Conta	Aquisições no Período	Abates no Período
432 - Edifícios e Outras Construções	260.164,80 €	- €
433 - Equipamento Básico	689.932,31 €	713.974,97 €
434 - Equipamento de Transporte	18.943,58 €	20.943,92 €
435 - Equipamento Administrativo	58.113,45 €	14.352,83 €
437 - Outros. A.F.T.	3.198,49 €	- €
Total	1.030.352,63 €	749.271,72 €

Bens do ativos fixos tangíveis cofinanciados:

PROJECTO	Valor Bens Imobilizado	Transferência de valor para 7983 associada a Amort	Saldo final (31/12/2015) da conta 593	A.Acum. 2015	Valor escriturado	Taxa de compart.	Valor Líquido compart.
SONHO - Instalação nos vários serviços de internamento e hospitais de dia	164.500,39	417,58	2.889,32	160.647,98	3.852,41	75%	2.889,31
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica - Projecto integrado para o Hospital	107.063,75	4.014,89	33.198,25	62.799,42	44.264,33	75%	33.198,25
Instalação de uma Unidade de Radioterapia	1.940.167,07	39.103,01	365.069,99	1.034.486,35	905.680,72	40%	365.069,99
	3.103.121,51	-	-	3.103.121,51	0,00	50%	0,00
Aquisição de um Sistema de Arquivo e Comunicação de Imagem Digital (PACS)	677.031,30	-	-	677.031,30	0,00	72%	0,00
Qualificação Unidade de Cirurgia em Ambulatório	1.499.254,23	50.209,32	508.875,97	681.557,55	817.696,68	62%	508.875,97
Farmácia 1ª Fase	9.600,00	720,00	2.760,00	5.920,00	3.680,00	75%	2.760,00
	376.765,71	8.520,81	133.339,70	81.970,91	294.794,80	45%	133.339,70
Cuidados Paliativos	229.998,81	9.982,36	140.896,62	89.102,19	140.896,62	100%	140.896,62
Infertilidade/procriação médica assistida	181.982,78	6.669,73	8.950,84	173.031,94	8.950,84	100%	8.950,84
TOTAL	9.076.533,21	119.637,70	1.195.980,69	6.069.669,14	2.219.816,41		1.195.980,69

Mapa Bens doados em espécie

Doações	
Bens anteriores a 2014	357.963,33 €
Bens doados em 2015	3.908,60 €
	361.871,93 €
Depreciações	
Depreciações Acum a 2014	- 282.054,89 €
Depreciações do período 2015	- 34.339,06 €
	- 316.393,95 €
Valor Líquido dos Bens Doados	45.477,98 €

No ano de 2015 foram doados bens ao CHBM, no valor de 3.908,60 €.

Mapa de revalorização

	Hospital do Barreiro			Hospital do Montijo
	Valor antes Rev.	Revalorização	Valor após Rev.	
Terrenos	234.556,45 €	3.371.051,09 €	3.605.607,54 €	4.987,98 €
Edifícios	15.632.432,93 €	16.179.054,91 €	31.811.487,84 €	5.331.946,15 €
Depreciações	- 8.252.461,80 €	8.252.461,80 €	- 220.459,90 €	- 1.790.760,85 €
	7.614.527,58 €	27.802.567,80 €	35.196.635,48 €	3.546.173,28 €
Utilização 2013		- 157.112,45 €		
Utilização 2014		- 1.889.414,10 €		
Utilização 2015		- 1.906.939,58 €		
Saldo Final - Ex. Revalorização		23.849.101,67 €		

Utilização da reserva de reavaliação, transferida para resultados transitados

	Ano 2015	
	Depreciação Anual antes REV.	Depreciação Anual após REV.
Hospital Barreiro	738.578,74 €	2.645.518,32 €
Utilização Res. Reavaliação		1.906.939,58 €

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	3.610.595,52	37.143.434,02	24.375.373,09	325.908,62	5.130.050,74		73.739,76	31.966,79		70.691.068,54
Depreciações acumuladas		2.011.220,71	21.131.164,99	296.104,22	4.889.899,85		64.889,68			28.393.279,45
Saldo no início do período	3.610.595,52	35.132.213,31	3.244.208,10	29.804,40	240.150,89		8.850,08	31.966,79		42.297.789,09
Variações do período		(2.852.381,06)	(801.553,46)	(21.469,44)	(11.257,83)		(4.141,05)	(31.966,79)		(3.722.769,63)
Total de aumentos		129.280,37	375.343,42		115.866,88					620.490,67
Aquisições em primeira mão		97.313,58	375.343,42		115.866,88					588.523,88
Outros aumentos		31.966,79								31.966,79
Total diminuições		2.981.661,43	1.176.896,88	21.469,44	127.124,71		4.141,05	31.966,79		4.343.260,30
Depreciações do período		2.981.661,43	1.173.315,74	21.469,44	126.378,56		4.141,05			4.306.966,22
Abates			3.581,14		746,15					4.327,29
Outras diminuições								31.966,79		31.966,79
Outras transferências				0,00						0,00
Saldo no fim do período	3.610.595,52	32.279.832,25	2.442.654,64	8.334,96	228.893,06		4.709,03			38.575.019,46
Valor bruto no fim do período	3.610.595,52	37.272.714,39	24.613.097,76	325.908,62	5.243.165,42		73.739,76			71.139.221,47
Depreciações acumuladas no fim do período		4.992.882,14	22.170.443,12	317.573,66	5.014.272,36		69.030,73			32.564.202,01

8.2 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

Em Novembro de 2013, o CHBM, E.P.E. solicitou a uma entidade externa e independente a avaliação do seu património com o objectivo de estimar o valor de mercado em uso continuado para efeitos de gestão interna e sua revalorização.

A metodologia usada teve por base o somatório de todos os custos actuais de reconstrução, para um imóvel com características funcionais e construtivas semelhantes, tendo em conta os diversos níveis de depreciação física e funcional, ao qual foi acrescido o valor do terreno valorizado com base no Método Comparativo.

Assim, a avaliação realizada ao Património Imobiliário do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. ao Valor de Mercado, em 11 de Novembro de 2013, foi de 35.417.095,38 €, dos quais, 3.605.607,54 € relativamente aos terrenos e 31.811.487.84 € referente aos edifícios.

O valor total da reavaliação foi de 27.906.890,67 €, dos quais, 3.605.607,54 € relativamente aos terrenos e 24.301.283,13 € referente aos edifícios.

8.3 Outras divulgações

Os activos tangíveis adquiridos são mensurados após o reconhecimento segundo o modelo de custo.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil
Terrenos e recursos naturais	N/A	N/A	N/A
Edifícios e outras construções	Aquisição	Quotas Const.	20
Equipamento básico	Aquisição	Quotas Const.	3 - 7
Equipamento de transporte	Aquisição	Quotas Const.	4
Equipamento administrativo	Aquisição	Quotas Const.	3 - 7
Equipamentos biológicos	N/A	N/A	N/A
Outros ativos fixos tangíveis	Aquisição	Quotas Const.	3 - 7

9. Custos de empréstimos obtidos

9.1 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

O Decreto-Lei nº 185/2006 de 12 de Setembro, criou o Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde com a finalidade de apoiar o sistema de pagamentos a fornecedores, não sendo possível proceder ao respectivo reembolso estes empréstimos foram considerados no défice das Administrações Públicas em 2011, procedendo-se à reconversão do empréstimo e juros em Capital Estatutário, com efeito a partir de 1 Janeiro 2014. O aumento de Capital Estatutário do CHBM, E.P.E. foi de 12.800.000,00 €.

10. Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado.

Mapa de detalhe da natureza de inventários à data de 31-12-2015

Conta	3361	3363	3364	3365	3366	3367	3368	TOTAIS
Descrição	Produtos Farmacêuticos	Produtos Alimentares	Produtos de Consumo Clínico	Material de Consumo administrativo	Material de Consumo hoteleiro	Material de Manutenção e Conservação	Outro material de consumo	
Stock inicial	1.455.470,59	0,00	408.402,09	11.883,46	9.686,68	2.055,40	0,00	1.887.498,22
Compras / Produção	16.024.177,32	1.593,62	2.621.969,91	97.266,52	129.614,71	125.218,42	2.233,96	19.002.074,46
Consumos	14.860.419,88	1.594,13	2.626.921,50	88.127,44	131.668,70	129.658,52	2.233,97	17.840.624,14
Regularizações fim de exerc.	Sobras	5.820,21	2.362,91	417,89	514,17	0,00	0,00	9.115,18
	Quebras	3.425,20	0,00	1.284,68	317,50	113,98	0,00	5.141,36
	Outros	13.665,39	0,39	0,00	0,00	0,00	4.470,96	18.136,74
Stock final	2.636.665,89	0,00	404.103,58	21.122,78	8.032,90	2.055,40	0,00	3.071.980,55

10.2 Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		1.887.498,22	1.887.498,22		1.925.167,91	1.925.167,91
Compras		19.025.106,47	19.025.106,47		16.876.830,76	16.876.830,76
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		3.071.980,56	3.071.980,56		1.887.498,22	1.887.498,22
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		17.840.624,14	17.840.624,14		16.914.500,45	16.914.500,45
OUTRAS INFORMAÇÕES						

11. Rédito

11.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	61.436.963,88	65.331.801,25
Juros		367,31
Total	61.436.963,88	65.332.168,56

RÉDITO	
	2015
Internamento	22.665.873 €
Consulta Externa	7.692.940 €
Urgência	6.439.751 €
Hospitais de Dia	721.416 €
GDH's de Ambulatório	9.453.535 €
Verba de Convergência	3.787.317 €
Outros	8.945.165 €
Meios Complementares	238.527 €
Taxas Moderadoras	1.492.439 €
TOTAL	61.436.964 €

12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12.1 Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Provisões processos judiciais em curso

- **De anos anteriores e ainda a decorrer**
 - ✓ Processo de contraordenação n.º 031500057, intentado pela Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT - Barreiro) – Valor da provisão reconhecida **9.180,00 €**;
 - ✓ Processo nº 670/12.7BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentado pela ZUCOTEC – Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda. (Atualmente, MASSA INSOLVENTE DE ZUCOTEC – Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda.) - Valor da provisão reconhecida **123.044,59 €**;
 - ✓ Processo nº 1092/12.5BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada pelo, Paribas Factor - Valor da provisão reconhecida **150.000,00**;
- **De situações que surgiram no ano de 2015**
 - ✓ Processo nº 529/11.5BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Márcia Cristina Costa Nóbrega que alega negligência médica na assistência prestada - Valor da provisão reconhecida **10.000,00 €**;

- ✓ Processo nº 707/13.2BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Sónia Isabel do Carmo Bastos Soeiro, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada - Valor da provisão reconhecida **195.225,00 €**;
- ✓ Processo nº 2242/14.2BELSB do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, intentada, Farmafactoring España, SA, que alega cobrança de juros moratórios de diversas faturas que lhe foram transmitidas pela Bristol Myers, SA, na sequência de um contrato de cessão de créditos - Valor da provisão reconhecida **40.000,00 €**;
- ✓ Processo nº 690/14.7BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Rui de Jesus Figueiredo Ribeiro, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da provisão reconhecida **60.587,58 €**;
- ✓ Processo nº 2745/15.1BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Maria de Fátima Guerreiro Ludovino, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da provisão reconhecida **75.000,00 €**.

Passivos contingentes de processo judiciais em curso

- ✓ Processo nº 37/12.7 BELSB do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa (1ª UO), intentada por Leonilda Pinheiro Gomes Geraldes Fazenda, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da petição inicial **200.000,00 €**.
- ✓ Processo nº 3151/12.5 BELSB do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa (1ª UO), intentada por Ambiente e Jardim, SA, alegando o incumprimento do contrato de prestação de serviços de higiene e limpeza. Valor da petição inicial **93.027,73 €**.
- ✓ Processo nº 690/14.7 BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Rui de Jesus Figueiredo Ribeiro, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Valor da petição inicial **121.175,16 €**.

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			503.128,52						503.128,52
Variações no período			108.237,65						108.237,65
Aumentos do período			108.237,65						108.237,65
Reforço			108.237,65						108.237,65
Diminuições do período									
Saldo no fim do período			611.366,17						611.366,17
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

Quadro comparativo:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			625.152,55						625.152,55
Variações no período			(122.024,03)						(122.024,03)
Aumentos do período									
Diminuições do período			122.024,03						122.024,03
Reversões			122.024,03						122.024,03
Saldo no fim do período			503.128,52						503.128,52
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

12.2 Divulgação para cada classe de passivo contingente à data do balanço

O valor inscrito nas provisões refere-se a riscos e encargos com processos judiciais à data de 31/12/2015.

Não se prevê qualquer reembolso fora dos valores previstos.

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

13.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Em 2015 o CHBM, E.P.E. reconheceu subsídio à exploração o valor 40.332,50 €.

Foram reconhecidos subsídios ao investimento no valor de 119.637,70 € que representam 0,18% dos rendimentos totais e cujo ativo líquido dos bens cofinanciados no valor de 2.219.816,41 € representa cerca 2,7% do total do ativo. (Vide também ponto 8.1 do anexo)

14. Acontecimentos após a data do balanço

14.1 Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração à data de 31 de Março de 2016.

Não existem entidades com poderes para alterar as demonstrações financeiras após esta data

14.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão das demonstrações financeiras suscetíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.

15. Impostos e contribuições

15.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(12.676.909,19)	(438.396,17)
Imposto corrente	25.720,83	141.215,40
Imposto diferido	(432.792,43)	(477.687,54)
Imposto sobre o rendimento do período	(407.071,60)	(336.472,14)
Tributações autónomas	25.720,83	9.537,79
Taxa efetiva de imposto	3,21	76,75

15.2 Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Os impostos diferidos são passivos por impostos em resultado do excedente de revalorização por alteração do referencial contabilístico do POC MS para o SNC.

Impostos Diferidos			
Descrição	Valor	Taxa IRC	Passivos por Impostos Diferidos
Excedentes de Revalorização	23.849.101,67 €	21,00%	5.008.311,35 €
Subsídios ao Investimento	1.195.980,69 €	21,00%	251.155,94 €
Doações	45.477,98 €	21,00%	9.550,38 €
Total			5.269.017,68 €

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	(407.071,60)		(407.071,60)	(336.472,14)		(336.472,14)
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:	(432.792,43)		(432.792,43)	(477.687,54)		(477.687,54)
Impostos diferido relativo a revalorização de ativos	(432.792,43)		(432.792,43)	(477.687,54)		(477.687,54)
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido	(432.792,43)		(432.792,43)	(477.687,54)		(477.687,54)
Imposto corrente	25.720,83		25.720,83	141.215,40		141.215,40

15.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	346.170,10	25.720,83	282.191,83	141.215,40
Pagamentos por conta	342.870,10		280.000,00	
<i>Pagamentos normais</i>	93.822,93			
<i>Pagamentos especiais</i>	249.047,17		280.000,00	
Retenções efetuadas por terceiros	3.300,00		2.191,83	
Imposto estimado		25.720,83		141.215,40
Retenção de impostos sobre rendimentos		554.186,93		543.938,38
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		9.598,89		7.510,22
Contribuições para a Segurança Social		967.173,29	9,15	935.796,90
Total	346.170,10	1.556.679,94	282.200,98	1.628.460,90

16. Instrumentos financeiros

16.1 Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	110.298,42		110.298,42	976,49	28.270,93	(27.294,44)
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
Total	110.298,42		110.298,42	976,49	28.270,93	(27.294,44)

16.2 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Encontram-se incluídas no Balanço dívidas de cobrança duvidosa no valor de 298.657,96 €, relativas a clientes, dos quais, 30.192,91 € referente a processos em contencioso e 268.465,05 € referente a dívida em mora à mais de 24 meses.

Para todas estas dívidas estão constituídas Provisões para Cobrança Duvidosa.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente	611.366,17	30.192,91
Em mora:	110.298,42	268.465,05
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses	110.298,42	268.465,05
Total	721.664,59	298.657,96

16.3 Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			30.323.877,32		
Clientes			1.305.476,14		
Adiantamentos a fornecedores			80,50		
Outras contas a receber			29.018.320,68		
Passivos financeiros:			75.036.947,66		
Fornecedores			9.627.595,18		
Adiantamentos de clientes			52.135.431,12		
Outras contas a pagar			13.273.921,36		
Ganhos e perdas líquidos:			(183.156,10)		
De ativos financeiros			(174.920,12)		
De passivos financeiros			(8.235,98)		
Rendimentos e gastos de juros:					

Descrição dos Saldos de Terceiros 2015

Descrição	Sector Privado	Sector Publico	Total
Activos Financeiros	891.937,51 €	29.431.939,81 €	30.323.877,32 €
Clientes	222.142,78 €	1.083.333,36 €	1.305.476,14 €
Adiantamentos a Fornecedores	80,50 €	- €	80,50 €
Outras Contas a receber	669.714,23 €	28.348.606,45 €	29.018.320,68 €
Passivos financeiros	18.532.750,01 €	56.504.197,65 €	75.036.947,66 €
Fornecedores	9.627.595,18 €	- €	9.627.595,18 €
Adiantamentos de Clientes	- €	52.135.431,12 €	52.135.431,12 €
Outras Contas a pagar	8.905.154,83 €	4.368.766,53 €	13.273.921,36 €
Ganhos e Perads Liquidos			
De Activos Financeiros			
De Passivos Financeiros			
Rendimentos e Gastos de Juros			

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			69.721.917,73		
Clientes			3.631.432,90		
Outras contas a receber			66.090.484,83		
Passivos financeiros:			132.600.375,29		
Fornecedores			27.175.735,67		
Adiantamentos de clientes			93.105.512,33		
Outras contas a pagar			12.319.127,29		
Ganhos e perdas líquidos:			1.402.473,12		
De ativos financeiros			29.756,31		
De passivos financeiros			1.372.716,81		
Rendimentos e gastos de juros:			367,31		
De ativos financeiros			367,31		

16.4 Situação de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não existem empréstimos contraídos à data do Balanço.

16.5 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O Capital Estatutário do CHBM, E.P.E. é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado à data do balanço.

16.6 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Em 2015 não foram realizados aumentos do Capital Estatutário.

16.7 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitido e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

Não existem outros instrumentos do Capital Estatutário emitidos à data do balanço.

17. Benefícios dos empregados

17.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	1.609,00	3.013.246,50	1.533,00	2.806.234,20
Pessoas remuneradas	1.609,00	3.013.246,50	1.533,00	2.806.234,20
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	1.609,00	3.013.246,50	1.533,00	2.806.234,20
Pessoas a tempo completo	1.509,00	2.857.203,80	1.517,00	2.790.202,80
(das quais pessoas remuneradas)			1.517,00	2.790.202,80
Pessoas na tempo parcial	100,00	156.042,70	16,00	16.031,40
(das quais pessoas remuneradas)			16,00	16.031,40
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	1.609,00	3.013.246,50	1.533,00	2.806.234,20
Masculino	328,00	609.176,70	317,00	576.760,80
Feminino	1.281,00	2.404.069,80	1.216,00	2.229.473,40
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços	12,00	6.721,80		
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

17.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	42.832.791,42	42.289.526,88
Remunerações dos órgãos sociais	300.575,23	297.968,21
Remunerações do pessoal	34.389.609,38	33.358.921,92
Benefícios pós emprego	91.249,61	283.028,03
Outros benefícios	91.249,61	283.028,03
Indemnizações	1.154,92	317.606,60
Encargos sobre as remunerações	7.788.382,51	7.787.803,03
Seguros de acidentes no trabalho e doenças	885,22	1.874,84

profissionais

Outros gastos com o pessoal, dos quais:

- formação

260.934,55

242.324,25

12.796,00

Quadro comparativo:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	42.289.526,88	43.467.334,79
Remunerações dos órgãos sociais	297.968,21	256.137,00
Remunerações do pessoal	33.358.921,92	35.311.682,61
Benefícios pós emprego	283.028,03	167.863,66
Prémios para pensões		167.863,66
Outros benefícios	283.028,03	
Indemnizações	317.606,60	79.715,04
Encargos sobre as remunerações	7.787.803,03	7.537.703,42
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.874,84	1.212,82
Outros gastos com o pessoal	242.324,25	113.020,24

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

31. Dezembro 2015

Códigos	CONTAS	Destinação	Grupos Profissionais													Total	
			Pessoal Dirigente	Pessoal Médico	Pessoal Técnico	Pessoal Enfermagem	Pessoal Técnico Diag Ter	Pessoal Res Tec	Pessoal Profissional	Pessoal Administrat	Pessoal Oper Asst	Pessoal Docente	Pessoal Outro	Diversos			
631	Remunerações dos órgãos sociais:																
6311	Remunerações Base		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.471,44	203.471,44
6312	Subsídio de férias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.346,71	18.346,71
6313	Subsídio de Natal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.988,36	16.988,36
6314	Suplementos de remunerações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.827,28	80.827,28
6315	Prestações sociais directas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.131,87	2.131,87
6316	Outras remunerações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA CONTA 631		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380.678,26	380.678,26
632	Remunerações do pessoal:																
6321	Remunerações base do pessoal:																
63211	PCTFP - Por Tempo Indeterminado		72.675,88	3.408.875,81	419.959,37	5.672.435,02	1.315.324,63	0,00	0,00	1.068.290,02	1.470.879,14	30.488,97	17.679,98	0,00	0,00	13.476.657,74	13.476.657,74
63212	Pessoal c/ Cont.Termo Resolutivo		0,00	1.968.875,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.968.875,62	1.968.875,62
63213	Pessoal em Regime Cont.Ind.Trabalho		305.300,59	2.914.305,02	414.588,61	2.773.288,84	918.874,71	0,00	0,00	584.808,48	1.162.372,28	15.355,37	154.066,68	0,00	0,00	9.554.028,44	9.554.028,44
63214	Pessoal em Qualquer Out. Situação		0,00	79.168,92	33.188,52	0,00	13.581,24	0,00	0,00	0,00	4.953,28	0,00	0,00	0,00	0,00	130.953,71	130.953,71
	TOTAL DA CONTA 6321		278.077,38	8.363.425,37	867.736,52	8.445.723,87	2.147.360,58	0,00	0,00	1.653.108,52	2.638.251,42	45.704,34	181.746,67	0,00	0,00	24.828.568,51	24.828.568,51
6322	Subsídio de Férias		22.964,48	788.031,28	80.983,28	819.696,32	181.728,98	0,00	0,00	143.636,82	248.415,12	4.288,08	16.064,28	0,00	0,00	2.311.612,94	2.311.612,94
6323	Subsídio de Natal		21.428,52	736.548,98	73.480,17	715.345,34	184.268,31	0,00	0,00	143.038,52	232.848,14	4.128,98	15.521,04	0,00	0,00	2.393.768,98	2.393.768,98
6324	Suplementos Remuneratórios:																
	Trabalho extraordinário:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
632411	Horas Extraordinárias		0,00	2.363.486,44	2.361,25	29.368,29	4.102,64	0,00	0,00	4.711,17	18.467,28	0,00	0,00	0,00	0,00	2.414.430,01	2.414.430,01
632412	Previdências		0,00	73.083,14	33.343,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.808,04	0,00	28.858,78	0,00	0,00	133.629,16	133.629,16
	TOTAL DA CONTA 63241		0,00	2.436.569,58	36.684,72	29.368,29	4.102,64	0,00	0,00	4.711,17	19.275,32	0,00	28.858,78	0,00	0,00	2.548.049,16	2.548.049,16

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

31. Dezembro 2015

CONTAS	Grupos Profissionais											Total	
	Pessoal Dirigente	Pessoal Médico	Pessoal Tec Superior Outro	Pessoal Enfermagem	Pessoal Técnico Diag Ter	Pes Tec Outro	Pessoal Profissional	Pessoal Administ	Pessoal Oper Aux	Pessoal Docente	Outro Pessoal		Diversos
6324 Trabalho em regime de turnos													
632421 Noites e suplementos	0,00	168.927,80	2.842,28	881.130,42	91.027,04	0,00	0,00	18.750,14	188.960,42	0,00	0,00	0,00	1.148.845,12
632422 Subsidio de turno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA CONTA 63242	0,00	168.927,80	2.842,28	881.130,42	91.027,04	0,00	0,00	18.750,14	188.960,42	0,00	0,00	0,00	1.148.845,12
63243 Abono para falhas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	940,87	940,87
63244 Subsidio de alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.421.238,76	1.421.238,76
63245 Ajudas de custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.284,56	4.284,56
63246 Vestuário e artigos pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63247 Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63248 Outros suplementos	0,00	83.270,71	0,00	34.214,24	739,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.999,83	79.105,64	250.251,29
TOTAL DA CONTA 6324	0,00	83.270,71	0,00	34.214,24	739,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.999,83	1.509.569,79	1.626.716,59
6325 Prestações sociais directas:													
63251 Subsidio familiar a crianças e jovens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.102,84	33.102,84
63252 Subsidio mensal vitalício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63253 Subsidio de funeral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63254 Participação de encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63255 Serviços sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63256 Outras Prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.820,16	7.820,16
TOTAL DA CONTA 6325	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.923,00	40.923,00
TOTAL DA CONTA 632	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
633 Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.249,87	91.249,87
63411 Abonos Consigação Rai Juridica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63412 Prog Rescises Miacordo-Compen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

31. Dezembro 2015

CONTAS	Grupos Profissionais											Total		
	Pessoal Dirigente	Pessoal Médico	Pessoal Tec Superior Outro	Pessoal Enfermagem	Pessoal Técnico Diag Ter	Pes Tec Outro	Pessoal Profissional	Pessoal Administ	Pessoal Oper Aux	Pessoal Docente	Outro Pessoal		Diversos	
635 Encargos sobre remunerações:														
6351 Assistência na doença dos funcion. publicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.488,88	5.488,88
635211 Encargos s/ Subsidio Férias- CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284.055,26	284.055,26
635212 Encargos s/ Subsidio Natal- CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.561,82	252.561,82
63528 Encargos s/ Outros- CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.769.496,92	3.769.496,92
6353111 Encargos s/ Subsidio Férias- S.SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.599,38	270.599,38
6353112 Encargos s/ Subsidio Natal- S.SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.350,94	205.350,94
63538 Encargos s/ Outros- S. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001.213,51	3.001.213,51
6358 Outros Encargos sobre remunerações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA CONTA 635	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.788.382,51	7.788.382,51
636 Seguros de accid. no trab. e doenças profission	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	885,22	885,22
Outros Gastos com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	885,22	885,22
63811 Parantalidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.585,24	51.585,24
6382 Despesas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6383 Seguros de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6384 Cursos de aperfeiçoamento, colóquios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681,09	681,09
6385 Prémios de actualização permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6388 Outros custos com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.947,81	106.947,81
TOTAL DA CONTA 638	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.193,89	198.193,89
TOTAL	323.367,38	12.548.318,72	1.060.618,72	10.719.422,41	2.619.736,26	0,00	0,00	1.861.319,82	3.313.893,62	84.109,22	342.527,26	9.886.782,39	42.729.899,89	

17.3 Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pelo artigo 159º da LEO, a responsabilidade com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei nº 301/79, de 19 de Agosto, são suportados pelas verbas da alineação dos imóveis do Estado afectos ao Ministério da Saúde e das entidades integradas no SNS. O valor constante no saldo de pensões resulta dos funcionários que não se encontravam integrados nas carreiras e que não foram integrados nos termos do Decreto-Lei acima referido, pelo que o encargo é suportado pelo CHBM,E.P.E.

Não existe planos de contribuição definida para o pessoal e para o Conselho de Administração.

17.4 Benefícios de cessação de emprego

O valor das indemnizações resulta da Rescisões dos contratos a termo.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1 Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	61.436.963,88	61.436.963,88
Compras	19.025.106,47	19.025.106,47
Fornecimentos e serviços externos	11.915.642,81	11.915.642,81
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	17.840.624,14	17.840.624,14
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	17.840.624,14	17.840.624,14
Gastos com o pessoal	42.832.791,42	42.832.791,42
Remunerações	34.690.184,61	34.690.184,61
Outros gastos	8.142.606,81	8.142.606,81
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	35.495.695,00	35.495.695,00
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	65.331.801,25	65.331.801,25
Compras	16.876.830,76	16.876.830,76
Fornecimentos e serviços externos	11.455.031,27	11.455.031,27
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	16.914.500,45	16.914.500,45

Matérias primas, subsidiárias e de consumo	16.914.500,45	16.914.500,45
Número médio de pessoas ao serviço	1.533,00	1.533,00
Gastos com o pessoal	42.289.526,88	42.289.526,88
Remunerações	33.656.890,13	33.656.890,13
Outros gastos	8.632.636,75	8.632.636,75
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	38.575.019,46	38.575.019,46
Total das aquisições	588.523,88	588.523,88
(das quais edifícios e outras construções)	97.313,58	97.313,58
Propriedades de investimento		

18.2 Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	61.436.963,88			61.436.963,88
Compras	18.961.573,92	63.532,55		19.025.106,47
Fornecimentos e serviços externos	11.915.642,81			11.915.642,81
Aquisições de ativos intangíveis	2.737,51			2.737,51
Rendimentos suplementares:	1.831.276,06			1.831.276,06
Serviços sociais	99.304,95			99.304,95
Outros rendimentos suplementares	1.731.971,11			1.731.971,11

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	65.331.801,25			65.331.801,25
Compras	16.854.391,00	22.439,76		16.876.830,76
Fornecimentos e serviços externos	11.455.031,27			11.455.031,27
Aquisições de ativos fixos tangíveis	588.523,88			588.523,88
Aquisições de propriedades de investimento	97.313,58			97.313,58
Aquisições de ativos intangíveis	2.085,51			2.085,51
Rendimentos suplementares:	442.126,30			442.126,30

Serviços sociais	100.057,96			100.057,96
Outros rendimentos suplementares	342.068,34			342.068,34

18.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detêm ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

19. Outras informações

19.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	4.003.216,51	3.493.804,29
Serviços especializados	4.991.410,35	5.048.684,37
Trabalhos especializados	3.152.577,68	3.251.902,75
Publicidade e propagação	12.197,45	8.611,42
Vigilância e segurança	258.748,35	246.257,92
Honorários	283.341,36	333.217,25
Conservação e reparação	1.283.800,73	1.208.008,14
Outros	744,78	686,89
Materiais	16.894,38	24.410,38
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.179,12	2.313,40
Livros e documentação técnica	14.715,26	22.096,98

Energia e fluidos	1.275.210,27	1.266.570,52
Eletricidade	627.625,81	606.832,25
Combustíveis	426.404,57	430.919,61
Água	221.179,89	228.818,66
Deslocações, estadas e transportes	154,17	701,81
Deslocações e estadas	8,60	259,51
Transportes de mercadorias	145,57	442,30
Serviços diversos	1.628.757,13	1.620.859,90
Rendas e alugueres	107.397,26	102.842,32
Comunicação	204.615,45	238.167,23
Seguros	170.501,92	62.152,76
Contencioso e notariado	7.929,74	13.423,22
Despesas de representação		10,20
Limpeza, higiene e conforto	1.099.926,55	1.165.792,92
Outros serviços	38.386,21	38.471,25
Total	11.915.642,81	11.455.031,27

19.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Outros custos e perdas:

Os outros custos e perdas dizem fundamentalmente respeito a:

- Regularização dos saldos das contas de terceiros, no montante de 69.173,68 €.
- Correção da estimativa para férias e subsídio de férias relativamente ao ano anterior, no montante de 199.892,99 €.

Outros rendimentos e ganhos:

Os outros rendimentos e ganhos dizem fundamentalmente respeito a:

- Correções de insuficiência de estimativas relativas aos acréscimos de rendimentos dos contratos programa de anos anteriores, no montante de 358.375,10 €, dos quais:
 - ✓ 34.527,74 € de insuficiência de estimativa de rendimentos - C. Programa de 2012;
 - ✓ 13.938,00 € de insuficiência de estimativa de rendimentos - 2011 HIV;
 - ✓ 309.909,36 € de insuficiência de estimativa de rendimentos - 2012 HIV.
- As verbas transferidas das ACSS, no valor de € 615.230,36, no âmbito programa de financiamento centralizado da Hepatite C;

- Valores pagos em anos anteriores pela ACSS no âmbito do programa extraordinário de regularização de dívidas de 2012 (Despacho n.º 2333/2012) que foi durante o ano de 2015 imputado a pagamentos via SPA (Hospital do Montijo), no montante de 658.150,67€. Deste modo foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano.

Não existem outras divulgações relevantes da posição financeira e dos resultados.

O TÉCNICO DE CONTAS

Fernando Joaquim Galvão, Dr.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração

João Manuel Alves da Silveira Ribeiro, Dr.

O Vogal do Conselho de Administração

Mário de Figueiredo Bernardino, Dr.

A Vogal do Conselho de Administração

Elsa Maria Baião Ferreira Airoso Banza, Dr.ª.

A DIRECTORA CLÍNICA

Elizabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues, Dr.ª

A ENFERMEIRA DIRECTORA

Luisa Maria Alves da Luz, Enf.ª



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um **total de balanço de € 81.635.198,00** (oitenta e um milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e oito euros) e um **total de capitais próprios negativos de € 813.092,62** (oitocentos e treze mil, noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos), incluindo um **resultado líquido do período negativo de € 12.269.837,59** (doze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.**, em 31 de Dezembro de 2015, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que face aos avultados resultados negativos apurados no presente período e aos prejuízos acumulados de períodos anteriores, que não foram totalmente cobertos pelos aumentos de capital estatutário realizados nos últimos anos, os capitais próprios do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. passaram a estar negativos no montante de € 813.092,62 (oitocentos e treze mil, noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos). Esta situação negativa, face à



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

natureza da entidade, não coloca em causa a sua continuidade, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício..

Lisboa, 26 de abril de 2016

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n.º 681



RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente, na alínea b) do nº 2 do artigo 16º e na alínea h) do artigo 25º, ambos do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei nº 244/2012, de 9 de novembro, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do **CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Durante o período em análise foi possível realizar todos procedimentos cometidos ao Fiscal Único no acompanhamento dos atos de gestão.

Procedemos à leitura e análise das Atas do Conselho de Administração, bem como à verificação de outros elementos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo a documentação contabilística de suporte às operações, numa base de teste, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

O Conselho de Administração e os diversos Serviços do Centro Hospitalar prestaram-nos com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício são consistentes com os do ano anterior e com os Normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a atividade do Centro Hospitalar no exercício de 2015, bem como as perspetivas de desenvolvimento estratégico e da atividade, satisfazendo os requisitos legalmente exigidos.

Do conteúdo do Relatório de Gestão salienta-se a caracterização detalhada da atividade desenvolvida, quer em termos quantitativos, quer no que se refere ao respetivo impacte económico e financeiro, bem como o confronto entre as estratégias e objetivos definidos e os respetivos níveis de realização alcançados.

O Relatório contempla, em ponto próprio, a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, detalhando de forma



suficiente os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, no seu ofício circular nº 714, de 12 de fevereiro de 2016.

Verificámos ainda a conformidade da informação contida no Relatório de Gestão com a informação constante dos demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício, e descritos no Anexo, estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal, tendo sido aplicados de forma consistente com o exercício anterior.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido, designadamente, na alínea g) do artigo 25º do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei nº 244/2012, de 9 de novembro, bem como no artigo 44º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de novembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, que inclui uma ênfase.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos, quando lidos em conjunto com o disposto da Certificação Legal das Contas, permitem uma boa compreensão da situação financeira do **CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.**, em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido da transferência para resultados transitados do prejuízo apurado no exercício, está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que reúne as condições necessárias para a sua aprovação.



PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto, somos de parecer que as Entidades de Tutela do CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.:

- a) Aprovevem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprovevem a Proposta expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, relativa à transferência para Resultados Transitados do prejuízo de € 12.269.837,59 (doze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos) apurado no exercício, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Avaliação anual do desempenho dos gestores executivos

Nos termos do n.º 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, compete ao Fiscal Único efetuar a avaliação anual do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa.

De acordo com os elementos solicitados e disponibilizados pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, E.P.E., em particular o Relatório do Governo Societário e tendo ainda em conta as verificações efetuadas e o normal acompanhamento das atividades exercidas, certifica-se que durante o período de 2015, se constatou as preocupações do órgão de gestão com o cumprimento das orientações estratégicas e dos objetivos fixados para o período em causa.

Da análise efetuada, também nos foi possível verificar que o modelo de governação em vigor no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, E.P.E., revela-se adequado à prossecução da sua missão, de acordo com as orientações estratégicas e os objetivos fixados pelo Acionista, cumprindo o disposto na lei, bem como os princípios que a este respeito constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março,



que aprovou os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, os objetivos definidos para a entidade foram realizados parcialmente.

Foram verificados os objetivos de desempenho económico-financeiro tal como definidos no apêndice II ao Contrato-Programa para 2015, tendo-se constatado que os mesmos foram cumpridos na sua quase totalidade, conforme quadro abaixo:

Objetivos de Desempenho Económico-Financeiro 2015

Objetivos	Real	Meta	Varição	Resultado
Percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e FSE (seleccionados), no total de custos com pessoal (€)	18,2%	11,8%	-0,06	Não Cumpriu
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos EBITDA (€)	-8 556 593,07	-8 773 773,38	217 180,31	cumpriu
Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	-16 947 503,05	0,00	-16 947 503,05	Excedeu
Percentagem de rendimentos extra contrato-programa, no total dos rendimentos (%)	5,6%	5,6%	0,00%	Cumpriu

Deu cumprimento ao disposto na alínea a) no artigo 41º da Lei 82-B/2014 de 31 de Dezembro, não tendo havido lugar no ano de 2015 à atribuição de prémios de gestão.

Foi aplicada redução remuneratória aos membros do Conselho de Administração. Foi também realizada a redução das remunerações dos seus trabalhadores, em conformidade com a Lei.

Cumpriu parcialmente o disposto no artigo 125º da Lei nº 82-B/2014, pois manteve 97,63% das suas disponibilidades em aplicações financeiras junto do IGCP, I.P..

Não foi cumprido o objetivo do peso de 11,8% dos gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços Externos sobre o total dos custos com o pessoal, pois atingiu 18,2%.

Foi cumprido o objetivo fixado de 8,7 milhões de euros de resultado negativo antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), pois atingiu um valor de cerca de 8,5 milhões de euros negativos.

Foi também cumprido o objetivo de não haver acréscimo de dívida vencida (fornecedores externos) de 2014 para 2015, dado que o valor da dívida em 31 de dezembro de 2015 é inferior em 16,9 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2014. Os pagamentos tiveram em conta a antiguidade da dívida, pelo que foi cumprido o disposto na alínea b) do nº 1 da cláusula 3ª do Acordo Modificativo 2015 do Contrato-Programa 2013-2015.

A meta fixada para a percentagem dos rendimentos extra contrato-programa no total dos rendimentos foi de 5,6 %, tendo esta sido alcançada, pelo que este objetivo foi cumprido.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

Os custos totais do CHBM apresentam um aumento de 2014 (€75.290.327,00) para 2015 (€77.373.129,00), encontrando-se o valor acima do orçamentado (€76.250.503,00), pelo que não cumpriu o disposto na alínea c) do nº 1 da cláusula 3ª do Acordo Modificativo 2015 do Contrato-Programa 2013-2015.

Face ao exposto, somos de opinião que o desempenho da gestão pelos membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE., pode-se considerar adequado tendo por base o enquadramento e a forma como foram desenvolvidas as suas ações durante o ano de 2015.

3. Outras matérias

De acordo com o trabalho que desenvolvemos, no âmbito das competências e atribuições cometidas ao Fiscal Único e em resposta a diversas determinações formuladas por entidades representativas do detentor da capital estatutário, expressamos ainda as seguintes opiniões:

- a) Nos termos do nº 2 do art.º 54º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal;
- b) Relativamente às demais orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado importa destacar o bom nível de cumprimento das orientações legais aplicáveis e cumpriu com os deveres de informação, tendo efetuado os reportes obrigatórios às várias entidades.

Lisboa, 26 de abril de 2016

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M.

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681